

Da Armaria e da Heráldica Portuguesa Contemporânea

É conhecida a pobreza da armaria e heráldica portuguesa, mas um estudo sobre o assunto, ainda não foi feito. Dizer-se que a heráldica portuguesa é pobre e não apontar os exemplos ou, pelo menos, mostrar o outro termo de comparação, não tem sido realizado.

Para assunto tão vasto, seria possivelmente um trabalho que levaria anos, mas para isso é que há os chamados grupos de trabalho apoiados cientificamente, pelas Academias ou quaisquer outros tipos de Associações culturais.

Mas deve ser alguma deficiência, na nossa educação portuguesa, para se não conseguir produzir trabalhos de grupo, de nível científico — cultural. E, com o desenvolvimento que os estudos estão a tomar, cada vez se torna mais difícil, publicar na altura própria, trabalhos similares aos que correm, pela Europa.

Sobre este assunto, sabe-se que com o apoio da secção de computadores da grande empresa holandesa Philips, está um grupo de pessoas a receber os resultados da comparação dos brasões do século XII e XIII da região do Benelux e das regiões francesa e alemã limítrofes. Os resultados de parentesco que a heráldica tem descoberto, desconhecido dos genealogistas é anormal. Este trabalho que está a começar, pois só conta com quatro ou cinco anos de esforços é exemplo, de tarefa de grupo.

Lembram-nos que no I.P.H. foi proposto um trabalho de grupo, pelo sócio Jorge de Moser, para se fazer um estudo individual, dos brasões de armas estrangeiros usados, pelos

portugueses ... Essa proposta não foi avante e, quantas outras similares poderão ter havido até hoje, sem terem tido a oportunidade da sua realização?

O pequeno trabalho que se segue, deverá ser apenas considerado como a introdução a qualquer estudo mais vasto, no campo da armaria e heráldica portuguesa. Para isso, esta é a nossa bem pequena colaboração e contribuição, que teve como base os dois trabalhos de Rui Dique Travassos Valvez citados na bibliografia.

*
* *

Em pleno século XVII, o grande genealogista Alão de Morais¹, escrevia: «Os Meyrelles tem as mesmas armas que os de Meyra ...» Há muito já que os especialistas tinham notado a pobreza do nosso armorial. Mas este autor, bom político e pessoa inteligente informou a verdade, mas exemplificou errado, assim ninguém se melindraria.

Há de facto no armorial português brasões iguais, para famílias diferentes:

1. Em que o brasão de armas é igual o exemplo será: Madeira e Medeiro; Queirós e Ramalho.

1.1. Em que o escudo é igual e, possivelmente da mesma família Barbosa e Barbalonga.

1.2. Mas o mais estranho é o caso de Chacim e Pequim. Estes dois escudos de armas são muito similares. Mas se compararmos os Pequins aos Chacins da Galiza verifica-se que são iguais.

1.2.1. Seria o antigo escudo da nobilíssima família dos Chacins o que hoje se designa em Portugal, por Pequim? E um ramo desta, o chamado Chacim é que heraldicamente se diferenciou?

¹ MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 4 (1), p. 122.

2. Em que os escudos são iguais: Ávila (do Continente) e Castro (legítimos); Negreiro e Preto; Peixoto (antigo) e Godins; Cotrim e Peixoto (outros); Marinho, Mata e Mota; Albuquerque (antigos), Aldana, Lago (outros) e Maldonado; Adarga, Alpoim, Carrilho e Guedes; Barbudo e Tavares; Lemos e Taborda; Pato e Pais (de Paio Rodrigues); Gama e Ulhoa; Matela e Martel; Atouguia, Beja, Correia (Srs. de Belas), Franco (outros) e Peres; Borreco e Cordeiro; Beja (outros) e Veiga (de Vila Viçosa); Galhardo e Gurgel; Ataíde e Viegas; Unha e Paim; Azambuja, Barahona, Botelho, Calado, Pegado e Privado; Amaral (de Domingos Joanes) e Miranda ...

3. Há também timbres iguais, o que se deve à coincidência das peças do escudo.

Não deixa contudo de ser empobrecedor do nosso armorial, esse facto na medida em que até é uma das características, que o distingue do brasonário castelhano, cuja regra geral é não terem timbres específicos, mas três ou quatro plumas.

3.1. Numa colheita, não exaustiva, pois não se pesquisou timbres com águias, leões carregados ou empunhando qualquer peça, obteve-se esta lista incipiente:

3.2. Barbata e Barradas; Guedes, Huet, Leite (antigo) e Mata; Guarda e Martelo; Afonso, Guevara e Serrão; Carreiro, Atouguia, Parente, Nobel e Sepulveda; Barbosa, Gonçalves, Noronha e Silva; Castros (legítimos) e Coelho (de Nicolau Coelho); Couceiro, Frota e Montoia (outros); Achioli, Barros (de Francisco de Barros) e Vasques; Arnau, Betten-court e Esmeraldo; Aussi, Borges e Colaço; Beleza e Simões; Bouchard, Ferrão, Gurgel, Madureira, Nunes (outros) e Sem; Brito e Sousa Chichorro; Castelo-Branco e Gil (de Mestre Gil); Guimarães (outros) e Valadares; Lacerda, Lima (moderno) e Perestrelo; Leão, Manrique, Moreta, Osma, Queirós, Ramos e Supico.

É evidente que estes exemplos contêm escudos de armas indegenadas. Será válido, por essa razão fazer-se uma listagem deste género?

Poderemos focar a validade desta listagem, de outra forma: será correcto inventariarem-se brasões de armas de épocas diferentes?

De qualquer forma, são brasões de armas do actual armorial português.

Infelizmente não são apenas estes casos, que directamente empobrecem o nosso armorial.

Tão trágico ou talvez pior, é o caso de ao mesmo apelido serem dadas armas iguais. Não é levada em linha de conta não haver consanguinidade.

São, em nosso entender, estas duas características que mais empobrecem o armorial português: escudo de armas igual em famílias de diferentes apelidos; e brasão de armas igual, para famílias diferentes, com apelido idêntico.

Para além destas duas características, de primeira grandeza, há outras, mas que não são tão flagrantes.

É o caso de certas peças estarem ausentes da nossa heráldica, como é o caso do pálio, sem falar na série de animais fabulosos que não temos, cruzeiros de variadas formas²...

Mas nem tudo é negativo. Deve-se aos portugueses a criação, na heráldica, da peça «Cruz de Cristo» e uma grande difusão, da conhecida esfera armilar, da caderna e do terno.

No léxico, criaram os portugueses dois vocábulos heráldicos: caderna e terno. Aliás são peças características da armaria portuguesa, que os estrangeiros têm sérias dificuldades em traduzir.

Mas em contra partida o vocabulário tenico que o século XVII legou ao século seguinte foi uma pesada herança. Quando se escreve a descrição heráldica dum escudo é vulgar lêr-se esta redundância: «partido em pala», «cortado em fxa». Ou então quando se lê: três peças em roquete.

Em roquete, significa a posição relativa entre três peças: duas em baixo e uma em cima. Contudo os técnicos da

² Ao Visconde de São Clemente de Basto foi-lhe passada a C.B.A., Lix. 10-XII-1892, em que no 1.º e 4.º quartel está uma cruz floreteada. Peça esta usada pela primeira vez em Portugal.

armaria escreviam, normalmente, esta palavra com o significado inverso: duas peças em cima e uma em baixo!³.

O armorial que os séculos foi aumentando e finalmente nos legou, em alguns aspectos não estará correcto. E, até duma forma não sistemática, foram-se apontando erros:

Braancamp Freire, por exemplo, aponta alguns casos de má heráldica, tais como o de Soares, de Albergaria⁴ e os de Andrade⁵.

O ter-se hoje na heráldica um conjunto pobre, talvez se deva ao facto de não ter sido devidamente tratado, caso a caso. E teríamos já hoje determinados problemas resolvidos. É o caso do trabalho de Alves de Azevedo sobre a designação incorrecta de Sousas, do Prado, pela que deveria ser usada: Sousa Chichorro⁶, e que no século XVIII designavam correctamente, por este nome⁷.

Mas neste assunto, pode-se pôr um problema à consideração do leitor:

Nos enxequetados, por exemplo, de ouro e azul, o enxadrezado deverá começar por metal e terminar pelo esmalte. Será assim?

1. Se é um escudo de armas medieval, não será de duvidar o número fixo de tantas peças em pala e em faxa?

2. Se por acaso o enxequetado começar e acabar no metal ou no mesmo esmalte, poderá ser considerado um enxequetado, como é caso do 1.º e 4.º quarteis de Aboim?⁸

³ FERREIRA, Guliherme Luís dos Santos, op. cit., 3.ª Parte, p. 143. Se bem que Anselmo Braancamp FREIRE, *Armaria Portuguesa*, na pagela que antecede a obra, na p. 1, lin. 17-18 se leia: «três figuras são postas 2 e 1, isto é, em roquete; ...».

⁴ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, p. 9. Nota (*).

⁵ *Idem*, p. 33.

⁶ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *As Armas dos Sousas ditos do Prado*.

⁷ VALLEMONT, Abade de, *Elementos de História*, 2.º vol. p. 98.

⁸ FREIRE, Anselmo Braancamp, op. cit., p. 2.

2.1. Mas o mais estranho é ver-se o «Livro do Armeiro-Mor», onde as armas da família Aboim são apresentadas com um enxequetado de azul e ouro, de quatro peças em faxa e cinco em pala⁹!

As influências, que todas as épocas, deixaram na armaria portuguesa é bem evidente.

O período da expansão, pelo Marrocos, trouxe uma série de cartas de armas, de mercê nova, que são muito características.

Também as cartas de armas, de mercê nova, passadas aos descobridores têm as suas peculiaridades.

O período cuja originalidade se pode comparar a estas duas épocas, em relação ao armorial português, é o século XIX. Se a sua contribuição foi de boa ou má qualidade é assunto a estudar, mas é inegável: a sua característica é diferente das outras épocas.

Vejamos, pois, quais foram os contributos do século XIX e, utilizando o mesmo processo, tentar um estudo ao século XX.

1.^a PARTE

É indiscutível que o século XIX trouxe, um enriquecimento ao armorial português. Este aumento foi realizado em áreas específicas, que pouco eram utilizadas na armaria portuguesa.

I — Da contribuição positiva:

1. Os tenentes e suportes.

1.1. Em Portugal, eram elementos que raramente se usavam.

1.1.1. É evidentemente que a armaria portuguesa tinha o seu conhecimento e a heráldica utilizava-o.

⁹ CRÓ, João do, *Livro do Armeiro-Mór*, fol. 226.

O caso mais exemplar são os tenentes do brasão de armas de Portugal: dois anjos.

1.1.2. Nos brasões dos Velhos, de Viana do Minho, os tenentes são dois etópes nus de sua cor¹⁰. No brasão dos Viscondes de Asseca os tenentes são dois negros, vestidos de tanga, de prata e coroados de ouro¹¹. E, no brasão de Brás de Albuquerque, filho de Afonso de Albuquerque, os tenentes eram dois selvagens de sua cor, cada um com sua tranca¹².

1.2. Mas foi no século XIX que o uso se tornou frequente, tanto mais que as C.B.A. especificavam-no e como, eram de mercê nova, pode-se considerar como um contributo desta época, para a armaria portuguesa.

1.2.1. Os tenentes mais usados:

Foram os anjos (Visconde de Sena Fernandes — CBA, Lix. 26-VIII-189... e a Francisco Pons Junior — CBA, Lix. 5-IV-1882) e os Hércules (Visconde de Fouquier — CBA, Lix. 30-XII-1895 e a Miguel Pinto da Mata e Silva — CBA, Lix. 14-IV-1882).

Quanto à CBA, Lix. 30-III-1884 e ao Despacho, Lix. 9-II-1884, substituíram no brasão de armas do Visconde de Sistelo os tenentes que eram: A Arte (figura de mulher) e Mercúrio, por dois suportes.

1.2.2. Pode-se assim, considerar pouco significativo, o uso de tenentes no século XIX, em Portugal.

1.3. Contudo, os suportes mais utilizados são os seguintes:

Os grifos de ouro como suportes foram os mais usados e como exemplo temos os seguintes brasões de armas — Barão de Almeida Santos, Visconde de Carvalhais, Conde de Tovar, Conde de Santa Marinha, Barão de Bayet de Valmont, Conde de Carcavelos, Conde de Burnay, Conde de Pomarão, Visconde de Moraes, Visconde da Ervideira, Visconde de Palmeira e, também Alfredo Gomes Teixeira Leal (C.B.A., Lix. 15-XI-1892),

¹⁰ Editorial Enciclopédia, *Armorial Lusitano*, p. 550.

¹¹ VALLEMONT, Abade de, *op. cit.*, 2.º vol. gravura, n.º 15.

¹² MORAIS, Cristovão Alão de, *op. cit.*, 4 (2), p. 32, nota (A).

António Ferreira Menéres (C.B.A., Lix. 20-XII-1887), António Pinto Bastos (C.B.A., Lix. 15-XII-1898), José Simões Ferreira Machado (C.B.A., Lix. 29-VII-1890) ...

Os leões foram também utilizados, como suportes — Visconde de Sistelo, Visconde da Gândara, Visconde de Monsanto, Visconde de Denfert-Rochereau, Visconde de Sande, Visconde de São Bento, Visconde de Girod, Agostinho Guilherme Romano (C.B.A., Lix. 12-VII-1894), Rui Vaz de Medeiros e Albuquerque (C.B.A., Lix. 12-VII-1894).

A família Brito e Cunha também passou a usar dois leões de púrpura, como suportes¹³.

Os leopardos de ouro são suportes dos brasões de armas dos Viscondes de Alvelos e do Conde de Vale Flor.

Os cavalos marinhos de bronze (?) são os suportes dos Conde de Duparchy, Conde do Canavial e Visconde de Efrussi.

Águias de ouro, como suportes, no do Barão de Alto Mearim.

Houve contudo suportes que não eram aos pares, tais como os seguintes:

Leão e grifo, ambos de ouro ao Visconde de Sucena e ao Visconde de Caçongo;

Leão de ouro e águia de negro ao Visconde de Rilvas e ao Barão Dinis de Samuel;

Leão de prata e dragão de ouro a Isaac Lyon Goldsmid (C.B.A., Lix. 3-IV-1846).

1.4. Apesar de se notar que há brasões de armas de indigenação, a percentagem é maior os portugueses e dentro destes os titulares.

1.4.1. Também se verifica que os suportes mais utilizados foram os grifos e os leões.

1.5. É uma contribuição bem nítida, para o armorial português, a utilização dos suportes, uma vez que o uso dos tenentes foi pouco significativo.

2. Outro aspecto pouco explorado na armaria e heráldica portuguesa tem sido as divisas, os gritos de guerra, e as legendas ou letras, dentro dos próprios escudos.

¹³ MATOS, Armando de, *Manual de Heráldica Portuguesa*, p. 65.

2.1. Como escreve Santos Ferreira a frase pessoal em armaria chama-se tenção e a frase hereditária ou de família denomina-se divisa ¹⁴.

2.2. Temos portanto a considerar os dois elementos exteriores ao escudo, tenção e divisa; e os incluídos no escudo, chamado legenda ¹⁵.

2.3. Em Portugal utilizou-se pouco as divisas e as legendas. Quanto ao grito de guerra, só foi utilizado nas armas de Portugal: São Jorge. Sobre o grito de guerra do Barão de Queluz — «Pro defentione Regis» — é pouco exemplificativo, por ser de pessoa que vivia na Alemanha, depois de casado, e nunca mais ter voltado ao país, conclui-se que o grito de guerra foi mero acidente.

2.3.1. Das tenções, Braancamp Freire dá-nos uma ideia do que foi usado nas célebres Terçarias de Moura, no reinado de D. João II ¹⁶.

Aliás, o citado autor nessa obra magistral de três volumes, vai apontando diversas tenções, como a de Mem Cerveira — «Este é o meu prazer» ¹⁷ — a de Duarte de Albuquerque Coelho — «Sempre idem» ¹⁸ — a de Aires Gomes da Silva († 25-V-1454) — «Lardant desir» — a do Bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida — «Nequid nimis» ¹⁹ — e a do próprio Anselmo Braancamp Freire — «Ave Maria».

Mas talvez a mais interessante e, para nós portugueses de grande importância, era a usada, pelos templários portugueses: «Non nobis, Domine, sed nomini tuo ad gloriam» ²⁰.

¹⁴ FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *Armorial Português*, 3.^a Parte, pp. 65-66.

¹⁵ RIBEIRO, J. A. Correia Leite, *Tratado de Armaria*, pp. 133-135. E também no *Armorial Lusitano*, p. 609.

¹⁶ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3.^o vol., pp. 142-149.

¹⁷ Ibidem, 2.^o vol., p. 328.

¹⁸ Ibidem, 2.^o vol., p. 216.

¹⁹ Ibidem, 2.^o vol., p. 333.

²⁰ Ibidem, 2.^o vol., p. 244.

2.3.2. Das legendas, a paciente consulta do armorial português, dá a possibilidade da seguinte recolha²¹:

Algoa e Sobral — «Nomen honor que meis»; Alves-Guerra, Condes de Bobadela, la Vega, Guerra (das Astúrias)²² — «Ave Maria gratia plena» ou «Ave Maria»; Camelo — «Rey»; Carreira — «Requiem»; Cotas — «Sine sanguine non est victoria»²³; Deus Dará — «Deus dará»²⁴; Granada (de Abenhuc) — «Não há outro vencedor senão Deus»²⁵; Machado (de Álvaro Machado Pinto) — «Spes mea in Deo est»; Marquês de Távora — «Quascunque findit».

2.3.2.1. No século XIX surgem as seguintes legendas:

Visconde de Fonte Arcada — «Ave Maria Gratia Plena»; Conde de Burnay — «Bonum facito, aures claudito»; Visconde de Leopoldina — «Non est mortale quod opto»; Visconde de Queluz — «In perpetuam memoriam honoris, fidelitatis, et constantiae»; Visconde de Santa Quitéria — «Francor non ejector»; Visconde de Taíde — «Fide in Deo sic labor improbus omnia vincunt»; Sousa (de Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa) — «Crede, spera, vinctes».

2.3.2.2. Das legendas, mas só com letras:

Arrais de Mendonça, Cardenas, Furtado, Mendonça e Sampaio — S; Bahamonde a Vaía — M coroadado; Machado (de Álvaro Machado Pinto) — F.I.L.E. (Ferdinandus Imperator Libenter Fecit); Seabra — S coroadado; Jácome, da Holanda — I I I (Inter Indiae Iteratum).

2.3.2.3. No século XIX, não se tendo utilizado de toda a gama das legendas, deu-lhe contudo um bom uso. Como se pode verificar, não utilizaram nem letras, nem números.

2.4. Na armaria portuguesa tem-se dado pouco ou nenhum relevo às divisas e, contudo, sempre existiram. Não

²¹ Idem, 2.º vol., p. 410: a legenda do Bispo de Coimbra, D. João Soares era: «Solí Deo honor est gloria».

²² ATIENZA, Julio de, *Nobiliario Español*, p. 751.

²³ Pode ter esta variante: «Nom est victoria sine sanguine».

²⁴ Mercê de Armas Novas passada a Simão Álvares de la Penha, em Lix. 4-VIII-1646.

²⁵ MATOS, Armando de, *Desperdícios ...*, p. 62.

foram cultivadas pela heráldica e quantas não teriam desaparecido. Aquelas de que hoje temos conhecimento, chegaram-nos mais dentro de tradição familiar, do que pelos meios eruditos. A recolha das divisas dos brasões de armas portuguesas, anteriores ao século XIX, é trabalho urgente a fazer. Algumas das mais conhecidas são: Abreus — «Acima dos Abreus só Deus»; Alpoim — «Nostra Dama de Poym»; Conde de Atalaia, Marquês de Tancos — «Valor. Vitória. Império»; Avilez — «Judica Domina causam mean et veni in adjutorium meum»²⁶; Barretos — «Malo mori quam faedari»²⁷; Bembo — «Virtus et honor»²⁸; Bode — «Quem a boa árvore se chega, boa sombra o cobre»²⁹; Braancamp — «Labor vincit oerumnas»; Duque de Bragança — «Depois de vós»; Brederode — «Peut être»; Conde da Ribeira Grande — «Pela fé, pelo Príncipe, pela Pátria»; Castelo-Branco — «Strenuus non indiget armis»³⁰; Coutinhos — «Abaixo dos Coutinhos, os anjinhos»; Lara — «Non nos a sanguine Regum venimus, ad nostro veniunt a sanguine Reges»³¹; Leça — «In hoc signo victor eris»³²; Lopes (de Toríbio Lopes) — «Unam petit a domino hanc requiram ut inhabitem in domo domini»; Loureiro, de Macau — «Trabalha e alcançarás»³³; Conde Marialva — «Segui-me, pois te sigo»³⁴; Mendonça — «Mais que vós, ninguém»³⁵; Meneses — «N.P. «(Ninguém Primeiro); Conde de Viana, Marquês de Vila Real — «Áleo»; Miguel — «Crucem sectamur cetera ut lutum putemus»³⁶; Mogueimas — «Escapa

²⁶ LIMA, Jacinto Leitão Manso de, *Famílias de Portugal*, vol. 5.º, fol. 129.

²⁷ FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, p. 227.

²⁸ *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, p. 93.

²⁹ Idem, p. 103.

³⁰ MORAIS, Cristovão Alão de, *op. cit.*, 1 (2), p. 475, nota (a).
FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *op. cit.*, 3.ª Parte, p. 66.

³¹ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, p. 343.

³² MATOS, Armando de, *Desperdícios*, p. 62.

³³ SOUSA, José de Campos e, *Memórias sobre Loíça Brasonada*, p. 267.

³⁴ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 1.º vol., p. 59.

³⁵ VALLEMONT, Abade de, *op. cit.*, 2.º vol., fol. 16.

³⁶ MATOS, Armando de, *Desperdícios*, p. 62.

São Miguel»³⁷; O'Kelly — «Turris fortis mihi Deus»; Conde de Oyenhausen-Gravensburg — «Merites augentur honores»; Pereiras, de Geige — «Spes ei domine»; Rendon — «Vencer e nunca vencido»³⁸; Marquês de Rio Maior — «Veritas omnium victrix»³⁹; Romano — «Virtude et gloria»⁴⁰; Sem — «Fazer teu dever»⁴¹; Chacim — «Não te suges»; ...

2.4.1. No século XIX aparece com grande intensidade as divisas, não só nos brasões de armas outorgadas, como noutros em uso. Seria a influência inglesa? Com a publicação das notícias da CBA de Mercê Nova, editada já neste século⁴², foi fácil estudar-se o uso de divisas durante o século passado:

Albuquerque (de Rui Vaz de Medeiros e Albuquerque) — CBA, Lix. 12-VII-1894 «Deus é o nosso refúgio»; Barão de Almeida Santos — CBA, Lix. 7-XII-1888 — «Nil labore melius»; Barão de Alto Mearim — CBA, Lix. 23-XII-1890 — «Honor et labor»; Barão de Bayet de Valmont — CBA, Lix. 15-VII-1893 — «À l'Honneur»; Conde do Canavial — CBA, Lix. 28-III-1889 — «Omnia vincit labor»; Visconde de Cunha Matos — CBA, Lix. 10-IV-1891 — «Pro Ecclesia Dei»; Visconde Denfert-Rochereau — CBA, Lix. 30-III-1886 — «Qui denfert a, enfer n'a»; Barão Dinis de Samuel — CBA, Lix. 20-X-1856 — «Habent sua sidera reges»; Visconde de Ephrussi — CBA, Lix. 18-VII-1888 — «Fide et Honore»; Visconde de Fouquier — CBA, Lix. 30-XII-1895 — «Adjuvante Deo facio»; Visconde de Gay — CBA, Lix. 24-III-1891 — «Virtude Lumen»; Barão de Goldsmid e da Palmeira — CBA, Lix. 7-IV-1846 — «Concordia et sedulidade»; Guerra (de Manuel Alves Guerra) — CBA, Lix. 16-VI-1863 — «Ave Maria gratia plena»; Visconde de Leopoldina — CBA, Lix. 26-III-1891 — «Non est mortale quod apto»; Conde de

³⁷ GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. 18.º, p. 192, nota (1).

³⁸ MATOS, Armando de, *Desperdícios*, p. 62.

³⁹ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 1.º Vol., p. 497.

⁴⁰ MATOS, Armando de, *Desperdícios*, p. 63.

⁴¹ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.º Vol., p. 370.

⁴² VALDEZ, Rui Dique Travassos, *Cartas de Brasão Modernas ...*

Lumbrales — Alv. 15-XI-1889 — «Angelus Pelayo et sui victoriam»; Visconde de Meireles — «Auspicium melioris alvi»⁴³; Melo (de João Gomes de Oliveira Silva Bandeira de Melo) — CBA, Lix. 9-XII-1864 — «Mitte non promitte»; Visconde de Monsanto — CBA, Lix. 30-XII-1899 — «Labor omnia vincit»; Visconde de Moraes — CBA, Lix. 28-VI-1891 — «Probitas et labor»; Palmeirim (de Luís Inácio Xavier Palmeirim) — CBA, Lix. 26-XII-1824 — «Valor. Fidelidade. Honra»; Duque de Palmela — «Veritatem regibus»⁴⁴; Bastos (de António Pinto Bastos) — CBA, Lix. 15-XII-1898 — «Honor et labor»; Conde de Pomarão — CBA, Lix. 5-V-1898 — «Non vultus instantis tyranni»; Ribeiro (de João Pedro Ribeiro) — CBA, Lix. 16-VII-1881 — «Honor, Virtus, Mobilitas»; Romano (de Agostinho Guilherme Romano) — CBA, Lix. 15-III-1895 — «Deus e Pátria»; Conde Romano, Walter Eugénio de Sousa — CBA, Lix. 12-I-1882 — «Non sine Deo»; Visconde do Rosário — CBA, Lix. 20-IV-1876 — «Omnibus caritas»; Santos (de Henrique Mateus dos Santos) — CBA, Lix. 18-VIII-1896 — «Scientia est potestas»; Conde de São Salvador de Matosinhos CBA, Lix. 24-III-1881 — «Salvatori placet caritas»; Visconde de Sapucaí — CBA, Lix. 2-IX-1891 — «Labor et charitas»; Silva (de Miguel Pinto da Mota e Silva) — CBA, Lix. 14-IV-1882 — «Preservança omnia vincit»; Visconde de Somzée — CBA, Lix. 30-XII-1895 — «Non sine Deo»; Sousa (de Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa) — Alv. Lix. 2-VII-1870 — «Valor. Lealdade e Mérito»; Visconde de Sucena — CBA, Lix. 27-VI-1800 — «Deus Honor et Labor»; Conde de Vale Flor — CBA, Lix. 3-XI-1893 — «Honor et Labor»; Conde de Wilson — CBA, Lix. 26-VIII-1896 — «Nihil amante durum»; ...

2.4.2. Nesta incipiente lista de divisas notam-se algumas iguais, o que não é da melhor armaria.

Barão de Alto Mearim, Conde de Vale Flor e Bastos (de António Pinto Bastos) — «Honor et labor»; Conde Romano e Visconde de Somzée — «Non sine Deo» ...

⁴³ VALDEZ, Rui Dique Travassos, *Subsídios para a heráldica tumular*, 2.º Vol. p. 37, n.º 146.

⁴⁴ AFONSO, Domingos Araújo, *op. cit.*, 5 (3), p. 234.

2.4.3. Nesta longa lista de divisas, verifica-se a influências que as estrangeiras tiveram sobre as portuguesas. Duma maneira global, pode-se concluir que é a partir da década de 60, que se notam mais divisas. O liberalismo estava implantado, e talvez seja essa a razão, de tantos estrangeiros estarem a trabalhar em Portugal, numa forma de desenvolvimento sócio-económico, tão característico, do século XIX.

2.4.4. Seriam em todos os brasões divisas, ou alguns houve que foram apenas tenção?

3. Mas onde se patenteia melhor, o cunho original da armaria e heráldica de novecentos é sem dúvida, no aspecto naturalista das suas peças, nos arranjos paisagísticos dos seus escudos e na introdução de novas peças, de tal forma peculiar, que tornam este período original, em relação aos anteriores.

3.1. Pode-se estar em completo desacordo, com a contribuição heráldica deste período, no que se refere ao realismo paisagístico que utilizou, mas foi uma expressão nova, na centenária arte de heráldica.

3.1.1. O exemplo mais flagrante foi a CBA, Lix. 15-XII-1896 passada ao Conde de Duparchy, onde se vê na segunda participação do escudo, uma montanha perfurada por um tunel, do qual sai uma via férrea com um comboio a fumegar.

3.2. Ou então utilizando peças não estilizadas, como é o caso das árvores de chá, de verde, ou o coqueiro de sua cor, ou um carvalho também de sua cor ou, então, simplesmente açucenas, também de sua cor.

3.2.1. Não se poderá considerar original, a utilização de peças vegetais não estilizadas. Na heráldica portuguesa houve, desde os princípios, peças que umas vezes se apresentam estilizadas, outras vezes não, como é o caso da rosa:

Nos escudos das armas das famílias Baldaia e Rua, não é estilizada, mas nas armas da família Fogaça (de António Fogaça), já o é. Talvez dentro deste campo, com bastantes árvores, como peças heráldicas, haja uma tendência, para o naturalismo; se esta situação não fôr mesmo uma caracte-

rística da heráldica portuguesa, o naturalismo vegetal, que o século XIX manteve, contribuindo com mais peças.

3.3. As principais peças inéditas que o século XIX nos legou, podem-se agrupar, devido à sua temática, da seguinte forma:

3.3.1. Figuras humanas (5)

Os Hércules, como tenentes na CBA, Lix. 30-XII-1895, passada ao Visconde de Fouquier; a Arte (em forma de mulher) e Mercúrio como tenentes na primeira CBA, anterior a 18-II-1884, passada ao Visconde de Sistelo; a Beneficência (em forma de mulher) na segunda CBA, Lix. 30-III-1884, passada ao mesmo titular; a I. da Madeira (em forma de mulher vestida de azul) na CBA, Lix. 28-III-1889, passada ao Conde do Canavial.

3.3.2. Animais (2)

A formiga, na CBA, Lix. 23-XII-1890, passada ao Barão de Alto Mearim e, o cavalo marinho, como suportes dos escudos dos: Conde do Canavial, (CBA, Lix. 28-III-1889), Conde de Duparchy (CBA Lix. 15-XII-1896) e Visconde de Efrussi (CBA, Lix. 18-VII-1888).

3.3.3. Plantas (6)

Árvores do chá, de verde (CBA, Lix. 15-III-1895), passada a Agostinho Guilherme Romano; coqueiro de sua cor (CBA, Lix. 26-VIII-1896 passada ao Conde de Santa Marinha); ramo de louro, de ouro (CBA, Lix. 28-VI-1891, passada ao Visconde de Moraes); açucenas de sua cor (CBA, Lix. 27-VI-1900, passada ao Visconde de Sucena); coroa de rosas vermelhas (na mesma CBA antecedente).

3.3.4. Ciência (4)

Bastão de Esculápio (CBA, Lix. 3-XI-1891, passada ao Visconde de Gomiei); régua (CBA, Lix. 15-XII-1896, passada ao Conde de Duparchy); compasso (na CBA antecedente); mão de prata com uma pena de oiro entre os dedos (CBA, Lix. 28-III-1889, passada ao Conde do Canavial).

3.3.5. Cruzes (1)

Cruz floreteada (CBA, Lix. 10-XII-1882, passada ao Visconde de São Clemente de Basto).

3.3.6. Comércio (3)

Cornucópia (CBA, Lix. 20-XII-1887, passada a António Ferreira Menéres e; CBA, Lix. 3-XI-1893, passada ao Conde de Vale Flôr); caduceu (CBA, Lix. 20-XII-1887 passada a António Ferreira Menéres; CBA, Lix. 26-VIII-1896 passada ao Conde de Santa Marinha; CBA, Lix. 27-VI-1900 passada ao Visconde de Sucena — em timbre; CBA, Lix. 10-XI-1893 passada ao Visconde de Palmeira e CBA, Lix. 8-VII-1881 passada ao Visconde de São Bento); a Fortuna (em forma de mulher), (CBA, Lix. 31-III-1883 passada a João António de Freitas Fortuna).

3.3.7. Indústria (8)

Báscula hidrométrica (CBA, Lix. 15-XII-1898 passada a António Pinto Bastos); martelo de engenheiro de minas (ibidem); a Indústria (em forma de mulher) (CBA, Lix. 30-XII-1899 passada ao Visconde de Monsanto); roda de mina (CBA, Lix. 5-V-1898 passada ao Conde de Pomarão); mira de prata (CBA, Lix. 15-XII-1896 passada ao Conde de Duparchy); navio mercante, à vela (CBA, Lix. 20-IV-1876 passada ao Visconde do Rosário); navio de guerra de três mastros (CBA, Lix. 29-I-1849 passada a João Diogo Francisco Hortega Solorzana Costa e Cavalleri).

3.3.8. Peças (1)

Listrão (CBA, Lix. 30-XI-1892 passada ao Visconde de Taíde).

3.3.9. É evidente que se teve de seguir um determinado critério, para se agruparem as novas peças. No caso de se seguir outra ideia poderia dar-se um quantitativo desta forma: Figuras humanas — 7; Comércio — 2; Indústria — 6. Julga-se, contudo, que o critério seguido está de acordo com as concepções do século XIX.

Assim, foi a indústria a que mais atenção atraiu a emblemática e será sempre interessante lembrar, que a báscula hidrométrica foi uma invenção do FCA, António Pinto Bastos.

A armaria portuguesa, de bom ou mau grado, ficou enriquecida com mais vinte e quatro peças.

Se estas peças são heraldicamente de grande nível qualitativo, é assunto que está fora de questão, mas houve, de

qualquer forma, um enriquecimento. Daí se poder dizer que foi uma contribuição positiva.

3.3.9.1. Tem também de acrescentar-se que foi uma época fértil, em CBA de Mercê Nova e de Indigenação.



4. Para quem lê atentamente as CBA de Mercê Nova, desta centúria, pode ficar chocado com as participações numerosas de alguns escudos. O mais típico é aquele com que foi agraciado Francisco Pons Junior, por CBA, Lix. 5-IV-1882⁴⁵. Uma verdadeira calamidade.

4.1. Mas felizmente, nem tudo foi mal.

Durante todo o século XVIII os Reis de Armas deram CBA a pessoas de apelidos iguais, mas de famílias distintas, e, tudo o que faziam era passar os brasões de armas com diferenças. Esqueceram-se do significado da diferença e deram indistintamente a todos, uma brica carregada duma peça, ou figura.

4.1.1. No século XIX, com os meios que os Reis de Armas dispunham, tentaram reagir contra os atropelos que os próprios funcionários daquela corporação notavam, mas

⁴⁵ VALDEZ, Rui Dique Travassos, *Cartas de Brasão Modernas, 1872-1910* ..., p. 30, n.º 56.

tinham de obedecer pois eram postos perante factos consumados, por Alvarás. As CBA só eram passadas posteriormente e, quando requeridas.

Assim, começaram a usar dois meios:

4.1.1.1. Passaram cartas de brasões de armas, a pessoas com apelidos iguais, mas de famílias diferentes, com alteração dos metais e esmaltes:

Conde de Ribeiro da Silva — CBA, Lix. 25-VI-1887: um esquartelado, em que o 1.º e 4.º quartel, pseudo Silva tem os metais e esmaltes diferentes; Agostinho José Vieira — CBA, Lix. 9-VI-1875: um partido, em que a 2.ª pala, pseudo Oliveira tem o campo de prata; Visconde de Gandara — CBA, Lix. 7-IX-1887: um esquartelado em que no 1.º quartel as armas de pseudo Correia e nos 2.º e 3.º as armas de pseudo Magalhães têm metais e esmaltes diferentes; Conde de Carcavelos — CBA, Lix. 24-VIII-1895: com alterações de metais e esmaltes em pseudo Azevedo e Campos; Francisco Teixeira de Magalhães — CBA, Lix. 3-III-1874, com alteração dos esmaltes em pseudo Teixeira e Magalhães; Visconde de Alvelos — CBA, Lix. 25-I-1886, com alteração do esmalte do pseudo Costa; Visconde das Fontainhas — CBA, Lix. ...XII-1865, com alteração do metal e esmalte do pseudo FEIO ...

4.1.1.2. CBA passadas com ligeiras alterações das peças e nos metais e esmaltes:

Barão de Campolide — CBA, Lix. 10-X-1891: modificação de pseudo Barbosa, cujo apelido o titular usava; Visconde de Alvelos — CBA, Lix. 25-I-1886: modificação do pseudo Rodrigues, apelido usado pelo titular; António de Moura Borges — CBA, Lix. 13-III-1875: esquartelado similar às armas de Mouras e Borges; Visconde de São Cristóvão — CBA, Lix. 17-VI-1896: modificação do número de peças no pseudo Sá; ...

4.2. Por outro lado verifica-se que tentaram fazer algumas inovações, simplesmente as peças que os armigerados desejavam, nem sempre permitiam atingir o fim em vista. Contudo, são bem típicas essas armas.

4.2.1. Os escudos talhados foram uma inovação na armaria portuguesa: Visconde de Taíde — CBA, Lix. 30-XI-1892:

além de ser um escudo talhado tendo sobre a partição, um listrão, que na nossa armaria é peça inédita; Conde de Duparchy — CBA, Lix. 15-XII-1896: escudo também talhado.

4.3. Os Reis de Armas, ou quem a eles se dirigiu pedindo ideias, criaram armas falantes:

4.3.1. A Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, Visconde de Lagoa, foi passada uma CBA, Lix. 2-IV-1862, em que no 1.º e 4.º quartéis são: de vermelho, grade de ouro; a João António de Freitas Fortuna foi passada uma CBA, Lix. 31-III-1883, em que no 1.º quartel, da 2.ª pala está a figura da Fortuna, de oiro; a José Rodrigues Sucena, Visconde de Sucena, foi passada uma CBA, Lix. 27-VI-1900, em que o 4.º quartel tem duas açucenas.

4.3.2. Também foi utilizada uma técnica inédita, dentro do campo de armas falantes, se assim se pode chamar:

Ao Visconde de Taíde, Fernando António Pinto de Miranda (CBA, Lix. 30-XI-1892), nas duas partições do escudo talhado estão, cada uma delas, carregadas com seu escudete: um com as armas de Pintos e a outra com as de Miranda, conizando com os seus apelidos.

4.4. Um outro aspecto, também inédito, foi a descrição das armas das famílias dos apelidos usados, pelo armigerado, sem as citar. Seria que tinham dúvidas na genealogia, quando apresentada?

José Cordeiro Feio, Visconde das Fontainhas — CBA, Lix. ...-XII-1865: no primeiro quartel descreve as armas da família Cordeiro sem as citar; Júlio Gomes da Silva Sanches Machado da Rocha — CBA, Lix. ...-VI-1865: descreve as armas das famílias Silva, Sanches (de Espanha) e Gomes, sem as citar; Eugénio Dionísio Mascarenhas Grade, Visconde de Lagoa — CBA, Lix. 2-IV-1862: descreve no 3.º quartel as armas da família Mascarenhas, sem as citar; Manuel José do Conde, Visconde do Rosário — CBA, Lix. 20-IV-1876: descreve no 1.º quartel as armas de Melos, sem as citar...

5. No século XIX, apesar de toda a instabilidade política de que foi vítima, entre outras, não deixa de ser curioso o esforço que foi feito, em relação ao armorial de domínio

5.1. São publicadas as primeiras obras de conjunto sobre esse tema⁴⁶ onde se podem ver os brasões de armas não só de cidades e vilas, mas como das províncias ultramarinas.

Em boa verdade, houve sempre uma série de cidades e vilas que nunca deixaram de usar, as suas prerrogativas heráldicas e os seus títulos. É o caso dos selos em cera, ou em papel, com que validavam os documentos oficiais emitidos. No século XVIII, numa colecção de gravuras publicadas na tradução da obra do Abade de Vallemont vê-se na estampa 8.^a as armas da cidade de Lisboa e da vila de Ponte de Lima⁴⁷. E na estampa de Viana, datada de 1780 na obra de Lima Bezerra, lá vem o seu brasão⁴⁸.

Durante o chamado «século das luzes», não estava esquecida a heráldica de domínio, como mostra a geografia de Caetano de Lima^{48a}. O pior foi no século XVII, que praticamente nada imprimiu sobre este assunto.

5.2. Foi, pois, no século XIX, que pela primeira vez se tentou fazer um armorial dos brasões das cidades, vilas e províncias ultramarinas, como se pode ver pela obra de I. de Vilhena Barbosa⁴⁹.

5.2.1. O conjunto desse armorial não é de grande qualidade heráldica, tanto mais que chega a encimar os escudos com coroneis. Possivelmente porque não estava ainda, em Portugal, a concepção da coroa mural suficientemente divulgada.

5.2.2. Por outro lado verifica-se uma série de escudos com legendas: Anciaães — «Anciaães leal no Reino de Portugal»; Certã — «Certego sternit. Certagini hostes»; Macau — «Cidade do nome de Deus não há outra mais leal»; Mon-

⁴⁶ BARBOSA, I de Vilhena, *Colecção dos brasões d'armas das cidades e vilas ...* e, também do mesmo autor, *As cidades e vilas da Monarchia Portuguesa*.

⁴⁷ VALLEMONT, Abade de, *op. cit.*, 2.^o Vol. pp. 65 e 67.

⁴⁸ BESERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*.

^{48a} LIMA, Luís Caetano de, «Geografia historica ...», 2.^o vol.

⁴⁹ BARBOSA, I. de Vilhena, *op. cit.*

«ção — «Deus a deu, Deus há dado»; Porto — «Civitas Virginis» (no 2.º e 3.º quartel); Vila Real — «Aleo»; Braga — «Insignia Fidelis & Antiquae Bracharae»; ...

5.2.3. Fizeram contudo uma distinção, que mais tarde, viria a ser seguida: As cidades têm coronéis de duque e as vilas um enfeite. Mas de entre todas as cidades, incluindo Lisboa, é o Porto que tem um coronel de duque, com timbre: dragão ou grifo de verde sainte, com um listel onde se lê «INVICTA».

5.2.3.1. Para a cidade de Lisboa é passado o Alvará, Paço 31 de Março de 1897 e CBA, Lix. 21-IV-1897, com o actual brasão de armas, com coroa mural de ouro.

5.2.4. E, as cidades do ultramar também figuram, tais como: Bardez e Salcete; Benguela; Dili; Goa; Macau; Pernambuco e Baía; São Paulo da Assunção de Luanda; São Sebastião de Moçambique; São Tiago (ilha de Cabo Verde) ...

5.2.4.1. E por Decreto, de Lisboa, 22 de Agosto de 1889, o Rei D. Luís concedia brasão de armas à cidade de Lourenço Marques.

5.3. Pode-se concluir que foi no século XIX, que houve um regresso à armaria e heráldica de domínio. Haja em vista a série de brasões de armas de cidades e vilas publicados em periódico ^{49a}. Assunto este, aparentemente não esquecido no século XVII ⁵⁰, mas relegado para segundo plano, no século XVIII.

5.3.1. Não teriam seguido muito as normas da armaria, mas lançaram-se nesse caminho, cuja última produção oficial, devia ter sido o manuscrito iluminado em pergaminho do século XVI feito pelo Rei de Armas da Índia, Francisco Coelho: «Livro dos brasões das cidades e vilas» ⁵¹.

^{49a} BIBLIOTECA POPULAR DE LISBOA, *O domingo ilustrado* (Archivo de Historia Patria), 1.º vol., ss.

⁵⁰ TOMAS, Fr. Leão de São, *Benedictina Lusitana*, 2.º Vol. pp. 495-6.

⁵¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ms. No cofre.

II — Da contribuição negativa:

6. Duas críticas se podem fazer à armaria do século XIX, em que põe o problema estrutural, do que se poderá entender por aquela ciência e, pela arte heráldica:

6.1. Se as peças no escudo têm de obedecer as regras da armaria, se as cores da heráldica têm normas que não podem ser ultrapassadas, significa isto que todos os escudos com um valor paisagístico, não estão dentro da ciência e arte heróica.

6.1.1. Daí, ainda hoje se poder preencher uma superfície em forma de escudo, com os elementos que se queiram, como é o caso generalizado dos brasões dos produtos comerciais. Mas neste caso, está fora da armaria e da heráldica.

6.1.2. O forçar, por lei, como é o caso dos Alvarás de brasões serem passados, antes da Corporação dos Reis de Armas ter feito o respectivo estudo, obriga automaticamente a entrar na armaria portuguesa, aquilo que não é da ciência, nem da arte em causa.

6.1.2.1. Os exemplares mais flagrantes a apontar são: Visconde do Canavial, Alv. 15-XII-1888 e CBA 28-III-1889 — a 1.^a pala é uma paisagem: uma mulher sentada num rochedo, sobre o mar ...; Visconde de Moraes, Alv. 8-VI-1891 e CBA 28-VI-1891 — a 1.^a pala é uma paisagem: um monte e o sol por entre nuvens ...; Visconde de Lagoa, Alv. 20-VIII-1861 e CBA 2-IV-1862: o 3.^o quartel é também uma paisagem: uma lagoa, com duas cegonhas; Conde de Duparchy, Alv. 10-VIII-1896 e CBA 15-XII-1896: 2.^a partição é um monte, onde desemboca um tunel, com caminho de ferro, de onde sai um comboio a fumar; Visconde do Rosário, Alv. 15-III-1876 e CBA 20-IV-1876 — o 2.^o quartel é uma paisagem marítima: um barco mercante à vela, sob uma estrela por entre nuvens.

6.1.3. Pode-se aceitar ou não a estilização heráldica da época medieval, das peças do escudo; o mesmo se pode dizer, para o naturalismo das peças, que a Renascença trouxe, pela mão de Albert Durer; mas o realismo romântico das paisa-

gens nos escudos está fora da estética heráldica e das estritas regras da armaria.

6.1.3.1. Qualquer destas duas, armarias e heráldica, teve sempre o cuidado de aperfeiçoar, para tornar sempre distintas e identificáveis cada uma das peças utilizadas. São, portanto, concepções diferentes, de campos distintos, que por força de lei, entraram na armaria portuguesa: o realismo romântico das paisagens.

6.1.3.2. Argumentar-se que o escudo valerá, pelo seu conjunto, por serem armas novas e, como tal não se poderem usar só duas palas, ou um quartel.

Mas sendo assim no caso da armaria e da heráldica de família, ligada portanto à genealogia, como se poderá explicar as partições do escudo, que nitidamente estão a obedecer a conceitos exteriores àquela ciência e arte?

E por acaso esse argumento fará desaparecer as citadas paisagens?

6.2. Outro grave erro conceptual foi juntar-se no escudo duma família o escudo duma corporação. Sendo campos distintos, há que os não amalgamar, pois a diferenciação de cada escudo é uma norma estrutural da armaria e da heráldica.

6.2.1. Ao Barão do Alto Mearim, por Alv. de 1-XII-1890, foi passada uma CBA de 23-XII-1890, em que a 2.^a pala são as armas da Confraria de S. Salvador de Matosinhos; ao Conde de São Salvador de Matosinhos, por Alv. de 17-XII-1880 foi passada uma CBA de 24-III-1881, em que a 1.^a pala são as armas da confraria religiosa, atrás referida⁵².

6.3. A concepção fundamental da heráldica, é a beleza e a da armaria é utilizar a maior simplicidade e, portanto, o menor número de peças, ou de partições.

É evidente que com o decorrer do tempo e, principalmente a mudança dos fins para que servia o escudo, se alterou o formalismo, mas não o conceito estrutural.

⁵² MOREIRA, Alberto de Laura e Artur Vaz Osório da NOBREGA, *Pedras de Armas de Matosinhos*, pp. 3-12 e 48A.

6.3.1. Com a ideia de representar no escudo, as armas dos quatro costados, a ideia foi-se alterando, no seu formalismo. Mas ao outorgar-se, como mercê de armas novas, um escudo já esquartelado e dois dos seus quartéis, por sua vez também esquartelados, ultrapassou-se completamente a concepção dum escudo de armas novas, como foi o caso da CBA de 5-IV-1882, passada a Francisco Pons Junior (vid. fig. n.º 1). Outro caso também deste género foi a CBA de 13-I-1873 passada a João Pereira Tomás que é um esquartelado em que o 1.º quartel também é esquartelado.

6.4. Foi de má concepção a ideia de passar CBA de armas novas, em que numa das partições tem armas de família;

6.4.1. Foram os casos, para além dos dois já citados em 6.2.1.: Visconde de Sistelo — a 1.ª pala são as armas de Gonçalves, CBA de 30-III-1884; Visconde de Sucena — o 2.º quartel são as armas de Rodrigues, CBA de 31-V-1900; Visconde de Taíde — as duas partições têm escudetes com as armas das famílias Pinto e Miranda, CBA de 30-XI-1892; ...

7. Uma das características da heráldica portuguesa é a forma do seu escudo: a base é redonda. A este tipo de escudo denomina-se ibérico, porque só os peninsulares o usam.

7.1. Pois durante a centúria de novecentos este tipo de escudo foi abandonado, para se copiar o formato do escudo francês, como regra geral, usando até o brasão de armas de Portugal, no referido formato, nas moedas, na documentação oficial ...

8. Na armaria portuguesa existem certas características, são as diferenças, para os brasões de armas das famílias.

8.1. A armaria portuguesa, tem mesmo um conjunto de regras específicas que se aplicam desde o tempo do Rei D. Manuel I⁵³.

⁵³ SÃO PAIO, Marquês de, *Do Direito Heráldico Português ...*

8.1.1. A Alfredo Gomes Teixeira Leal foi-lhe passada uma CBA de 15-XI-1892, com um partido das armas de Serras e Freires, mas não lhe indicaram a diferença que lhe competia, por serem de sucessão; a Agostinho Maria Correia de Sá também lhe foi passada uma CBA de 9-XII-1874, com um partido das armas de Correias e Sás, mas não lhe indicaram a diferença que lhe competia por serem de sucessão ...

8.1.2. Em troca, na CBA de 12-I-1882, passada ao Conde Romano, Walter Eugénio de Sousa, tem uma «brica de prata carregada com uma donzela sem braços, vestida de azul». Pobre artista, que tiver de debuchar e iluminar esta brica, em mercê nova. Quando o direito heráldico português indica até a espécie de peças, para as diferenças⁵⁴.

9. Dos elmos há também alguns reparos. A regra geral é o forro dos elmos ser de vermelho.

9.1. Na CBA de sucessão de 26-VI-1885 passada a António Veloso da Cruz o elmo é «forrado de sede amarela, com fitas côr de rosa»; na CBA de 11-III-1871 passada a José Gabriel Fernandes o elmo é «forrado de azul celeste»; na CBA de 27-IV-1887 passada a António Francisco de Sant'Ana Pereira o forro do elmo é de verde; na CBA de 13-I-1873 passada a João Pereira Tomás o forro do elmo é de verde. Com o forro de azul tem-se: a CBA de 16-VII-1881 de João Pedro Ribeiro, a CBA de 29-VII-1890 de José Simões Pereira Machado e, a CBA de 26-VIII-1872 de António Joaquim da Veiga Barreira.

10. O timbre, como peça, obedece às regras da armaria e da heráldica.

Assim há determinadas maneiras de colocar a peça, que sendo original poderá não ser correcta.

10.1. Em CBA de 11-III-1871 passada a José Gabriel Fernandes foi-lhe concedido armas novas. O timbre é uma «águia de negro, andante, armada de vermelho com um dos crescentes de prata no bico».

⁵⁴ Ibidem.

10.1.1. No escudo no 1.º quartel existe uma águia bicéfala de negro ..., mas não andante. Pena é que, no timbre, não seja a águia do escudo, andante também ...

10.2. Em CBA de 20-X-1856 passada ao Barão Dinis de Samuel foi concedido armas novas. Tem o brasão dois timbres. O 1.º é uma coroa mural de azul, leão sainte ... e o 2.º uma águia ... assente sobre um rolo de prata e vermelho⁵⁵.

10.2.1. As regras da armaria portuguesa são bem explicitadas: o brasão de armas tem um elmo e um timbre.

É verdade que o armigerado era estrangeiro, mas se queria um brasão dentro das regras da armaria do seu país não era em Portugal que o devia ter pedido. Mas a Corporação dos Reis de Armas não tinha força para impôr o seu direito.

11. Dentro da forma negativa, que a heráldica de novecentos nos legou o seu testemunho, apontam-se as cores utilizadas a que não se poderá chamar esmaltes, por não estarem dentro das normas desta arte secular.

11.1. Da cor parda:

A José Gabriel Fernandes foi passada a CBA de 11-III-1871, em que no 3.º quartel se lê, «... fortaleza de prata, firmada em contrachefe cozido de verde e pardo»; ao Visconde de Cunha Matos foi passada a CBA de 10-III-1891, em que se lê — «... de oiro uma torre parda e saindo ...».

11.2.1. Da cor purpurina:

Ao Visconde de Cauípe foi passada a CBA de 20-IV-1874, onde se pode ler — nos 1.º e 4.º quartéis — «... flor de lis purpurina».

11.3. Da cor azul celeste:

A António Francisco de Sant'Ana Pereira foi passada a CBA de 27-IV-1874, na qual se lê, nos 1.º e 4.º quartéis — «campo azul celeste». A João António Gonçalves Liberal foi passada a CBA de 14-III-1874, onde se lê nos 2.º e 3.º quar-

⁵⁵ SANCHES DE BAENA, Visconde de, *op. cit.*, CLVII-CLIX.

téis — «... campo azul celeste». A João Pereira Tomás foi passada a CBA de 13-I-1873 onde se lê no 1.º quartel, esquartelado, no 2.º e 3.º «campo azul celeste». Ao Visconde de São Cristóvão foi passada a CBA de 17-VI-1869, na qual se lê nos 2.º e 3.º quartéis um enxaquetado de prata e azul celeste. A João Gabriel Fernandes foi passada a CBA de 11-III-1871 onde se lê no 4.º quartel ser o campo de azul celeste. A Francisco Teixeira de Magalhães foi passada a CBA de 3-III-1874, onde se lê, nos quatro quartéis todos de azul celeste; mas no 3.º quartel usa uma expressão de todo o interesse: «campo azul celeste amantelado de prata».

11.4. Da cor carmesim:

A Visconde de Caupe foi passada a CBA de 20-IV-1874, onde se lê nos 2.º e 3.º quartéis — «... com orla carmezim».

12. No tempo medieval, e mais tarde, no período renascentista o uso de palavras nos escudos é extraordinariamente limitado naquela segunda época e raro, senão desconhecido, na primeira fase.

12.1. Compreende-se tal posição, porque o escudo servia para identificação em combate, e não haveria tempo de estar com leituras. Daí até a razão da simplicidade dos escudos medievais, quase sempre bicolores.

12.2. O uso de legendas na heráldica de novecentos é uma das características negativas, que se evidencia (vd. 2.3.2.1.).

12.2.1. O uso mais flagrante, já não como legenda, mas como palavra foi a CBA de 20-IV-1876 passada ao Visconde do Rosário, onde no 2.º quartel está um barco à vela, na pôpa do qual tem escrito, em letras de ouro: «CONDE».

13. Na maior parte das vezes, as representações heráldicas do escudo das armas nacionais sofreu uma alteração: os castelos da bordadura foram substituídos por torres.

14. Dentro das ciências auxiliares da armaria e heráldica há as que devem ser citadas: A Esfragística e Sigilografia, a Numismática e a Vexilologia.

14.1. Quanto à esfragística e sigilografia, já com um bom trabalho no século XVIII, feito por Caetano de Sousa⁵⁶, teve a centúria de novecentos boas obras de autoria de João Pedro Ribeiro⁵⁷ e de F. F. de la Figanière⁵⁸.

14.2. Sobre a numismática a obra monumental do século XVIII de Caetano de Sousa⁵⁹ também, para esta ciência auxiliar contribuiu.

Mas no século XIX foi Teixeira de Aragão⁶⁰ quem tentou fazer não só o levantamento de todas as moedas portuguesas, como indicar-lhes o seu valor.

14.3. Contudo, nenhum destes autores viu a importância que as suas obras tinham, para a armaria e heráldica, tirando daí todas as ilações possíveis.

14.4. Pouco se interessavam com os estudos vexilológicos. Durante o século XVIII, no estrangeiro, há magníficas xilogravuras com inúmeras reproduções de bandeiras. O tema não era desconhecido, mas não houve sequer uma tentativa de sistematização do que já havia, como aconteceu com as armas de domínio (vd. 5.2. e seguintes).

15. Em relação a trabalhos de sistematização da armaria e heráldica religiosa, não se conhecem nenhuma obra atribuídas ao século XIX, para além da publicada por Sanches de Baena⁶¹.

16. O mesmo se pode dizer, da armaria e heráldica corporativa e das forças armadas.

⁵⁶ SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica* ..., 4.º vol., pp. 19-47, mais as gravuras.

⁵⁷ RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações cronológicas e críticas*, 1.º vol., pp. 83-149.

⁵⁸ FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la, *Memórias das Rainhas*, p. XLIII.

⁵⁹ SOUSA, D. António Caetano de, *op. cit.*, pp.87-325, mais as gravuras.

⁶⁰ ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de, *Descrição geral e história das moedas*.

⁶¹ SANCHES DE BAENA, Visconde, *Archivo Heráldico-Genealógico. Índice Heráldico* ..., pp. I CLXXXVIII.

*
* *

2.^a PARTE

Tentar-se-á expôr de forma idêntica, o que tem sido a armaria e a heráldica no século XX. Nas suas linhas gerais, o actual século tem uma característica muito nítida: o fim da Monarquia em 1910. Assim, até esta data, tudo o que se produziu foi uma verdadeira continuação do século anterior.

É evidente que surgiam factos isolados e aparentemente sem continuidade, que mostravam começar-se a dar uma viragem. Foram as tentativas das criações de associações ligadas à heráldica e genealogia e à publicação de estudos.

Mas é depois de 1910, com a publicação de estudos, boletins e revistas e das associações começarem a ter actividade académica vincada que a nova forma de existência nesta ciência da Armaria e na arte da Heráldica mais se notou, sob o aspecto científico.

E, lentamente, começam a surgir estudos das ciências afins, como é a sigilografia e esfragística, marcas sigilares, vexilologia, numismática ... e até a publicação de obras antigas manuscritas, além de trabalhos contemporâneos. Para lá deste esforço, em 1929, em Barcelona, realiza-se o 1.º Congresso Internacional de Genealogia e Heráldica, publicando-se dois grossos tomos com as comunicações aí apresentadas.

Não foi só, para os portugueses, onde também participaram, que este congresso teve importância; foi para toda a Europa, cuja cultura comum, há muito que ultrapassara as barreiras políticas dos nacionalismos.

III — Da contribuição positiva:

1. A criação de regras, para a ordenação da emblemática dos concelhos e oficialização dos escudos de armas, do selo e da bandeira dos municípios com a publicação da respectiva portaria, no «Diário do Governo»⁶², 2.^a Série.

⁶² Hoje denominado, *Diário da República*. Circular de 14 de Abril de 1930.

Esta concretização deve-se a dois factos: trabalhos de Santos Ferreira, que conseguiram provar as cores da bandeira de Lisboa, e ao parecer de Afonso de Dornelas. O que resultou a Câmara Municipal, na sua sessão de 8-V-1919, ter aprovado o uso da sua antiga bandeira; e em 25-IX-1920, o município da Marinha Grande ter pedido o parecer à Associação dos Arqueólogos Portugueses, sobre o seu selo e bandeira.

1.1. Em 1922 começa a Secção de Heráldica, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a estudar e a emitir pareceres sobre as brasões de armas municipais, para as respectivas edilidades (Setúbal, Belmonte, Vila Franca de Xira ...).

1.1.1. De duas freguesias foram estudados os respectivos brasões de armas, selos e bandeiras: Portuzelo (Santa Marta), conc. de Viana do Castelo e Luso (N. Sra. da Natividade), conc. da Mealhada.

1.1.2. Por seu lado o Ministério do Interior pelo Decreto n.º 8630, de 9 de Fevereiro de 1923, considera a Associação dos Arqueólogos Portugueses como sua consultora.

1.1.3. Factos estes que se devem principalmente à acção dinamizadora de Afonso de Dornelas⁶³ e a Guilherme Luís dos Santos Ferreira.

1.2. E é a partir da reforma operada em 1935⁶⁴, que a Armaria e a Heráldica atingem oficialmente todo o Ultramar português e de forma sistemática, tanto a nível de província, como de concelho.

1.2.1. Com um grande desenvolvimento, a partir de 1955-6, haja em vista a série de portarias a reordenar ou criar brasões de armas, no Ultramar.

⁶³ DORNELAS, Afonso de, *Elucidário Nobiliário* ...

⁶⁴ Portaria, n.º 8098, de 6 de Maio de 1935.

1.2.2. E a partir de 1962, pode-se considerar um acto de administração normal⁶⁵, criarem-se os brasões de armas, para os municípios ultramarinos.

1.2.3. Com a 3.^a República criaram-se os brasões de armas das regiões autónomas dos Açores⁶⁶ e da Madeira⁶⁷.

2. A criação de regras para a ordenação de armas de organismos corporativos⁶⁸ e oficialização dos respectivos brasões de armas, em portarias publicadas no «Diário do Governo», 2.^a Série, foi outro grande movimento deste século.

2.1. Em 18-V-1944 foram promulgadas as bases regulamentares, que vieram a ser substituídas pelo Regulamento da Simbologia Corporativa, de 15-VII-1947. Mas só a partir da reforma de 1950 é que este ficou funcional.

2.1.1. Pelo Decreto-Lei, n.º 37.836, de 24 de Maio de 1950, ficou a F.N.A.T. com os poderes de organizar e ordenar toda a simbologia corporativa, por intermédio do seu Gabinete de Heráldica Corporativa⁶⁹.

2.1.1.1. Surgem então os brasões de armas, para os diversos grémios, sindicatos, Casas do Povo, Casas dos Pescadores e Grémios da Lauvoura.

3. Também as Forças Armadas resolveram regularizar toda a sua armaria e heráldica.

⁶⁵ Portaria, n.º 19076, de 15 de Maio de 1962 e Portaria, n.º 19409, de 1 de Outubro de 1962.

⁶⁶ *Diário da República*, 1.^a Série, n.º 247, de 24-X-1980, pp. 3599-3600: Dec. Regulamentar Reg., n.º 51/80/A; *D. da R.* 1.^a Série, n.º 114, de 18-V-1979, p. 981: Dec. Regulamentar Reg., n.º 13/79/A; *D. da R.*, 1.^a Série, n.º 239, de 15-X-1980, p. 3416: Dec. Regulamentar Reg., n.º 47/80/A.

⁶⁷ *Ibidem*, 1.^a Série, n.º 201, de 12-IX-1978, pp. 1901-1902: Dec. -1902: Dec. Reg. 30/78/M.

⁶⁸ Gabinete de Heráldica da FNAT, *Regulamento da Simbologia Corporativa*. É o Despacho de 18-V-1944, do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

⁶⁹ LANGHANS, Franz Paul de Almeida, *Manual de Heráldica Corporativa*, pp. 255-283.

3.1. Assim, em Ordem do Exército, n.º 6, 1.ª Série, de 30-VI-1969, ficava aprovado e punham-se em execução as Normas do Exército, que já vinham funcionando desde 1965, com o Gabinete de Heráldica do Exército ⁷⁰.

3.1.1. E, as forças para-militares também foram contempladas nesta reorganização:

3.1.1.1. Do Comando-Geral da Guarda Fiscal, em 2-IV-1980 ⁷¹.

3.1.1.2. Do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, em 24-II-1973 ⁷².

3.1.1.3. Da Polícia de Segurança Pública começaram, pela Portaria n.º 225/82, de 19-II-1982 e terminaram em 1984, a sua reorganização emblemática.

3.2. A Marinha de Guerra cria em 14-XII-1972 o seu Gabinete de Heráldica Naval, assim como o Regulamento de Heráldica da Armada ⁷³.

3.3. Finalmente a Força Aérea, por Carta de Promulgação, de 30-XI-1978, o RFA 120-1, reorganiza toda a sua emblemática. Para isso, também criou o Gabinete de Heráldica da F.A.

4. E noutros sectores, notou-se um profundo retorno ao uso público da emblemática.

4.1. A criação das associações, em Lisboa e Porto, de Ex-Libris deu notável impulso, neste século, ao uso do brasão de família ⁷⁴.

⁷⁰ SOUSA, José de Campos e, *Normas de Heráldica do Exército ...*

⁷¹ *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 78, de 2-IV-1980, p. 634
Portaria, n.º 149/80.

⁷² *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 47, de 24-II-1973, pp. 286-287.
Portaria n.º 129/73.

⁷³ *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 289, de 14-XII-1972, pp. 1914-31:
Portaria n.º 722/72.

⁷⁴ A Academia Portuguesa de Ex-Libris, de Lisboa, publica um

4.1.1. E que beleza tem alguns ex-libris, como se veio a verificar, com as gravurinhas feitas em talhe doce⁷⁵.

4.2. Para serviços em porcelana houve um nítido aumento, sobre o século anterior.

4.3. E, gravação em objectos de prata, mantem-se no seu ritmo.

5. Começam a aparecer os estudos de ciências auxiliares à Armaria e Heráldica.

5.1. A Vexilologia surge com um estudo de Cardoso Pinto⁷⁶, que daí em diante começa a trabalhar no assunto⁷⁷, e outro, não menos interessante, de Pereira Sales⁷⁸. Ambos, ainda na década de vinte, são os precursores.

5.2. A sigilografia e esfragística tem um primeiro teorizador com um trabalho de metodologia fora de série: o Conde de Tovar⁷⁹.

E um autor que tenta tematicamente dar a conhecer sistematicamente uma colecção de selos, alguns inéditos, foi Alves de Azevedo⁸⁰, em 1963. Houve estudos singulares, mas estes dois autores foram os precursores neste século em que se vive. Vinte anos depois é publicada uma obra, que tenta catalogar todos os selos medievais conhecidos ou inéditos⁸¹.

Boletim, desde 1955. E a Associação Portuguesa de Ex-Libris, do Porto, publica a revista *A Arte de Ex-Libris*, desde 1956.

⁷⁵ AVELAR, Henrique Nuno de, *Ex-Libris Heráldicos Portugueses*, 2 vols. E, também Fausto Moreira RATO, *Manual de Ex-Librística*.

⁷⁶ PINTO, Augusto Cardoso, *Subsídios para o estudo das siglas portuguesas ...*, 1.º vol., pp. 153-160.

⁷⁷ Idem, *Bandeiras (As) das três Ordens Militares*, 2.º vol., pp. 127-137.

⁷⁸ SALES, Ernesto Augusto Pereira de, *Apontamentos à cerca das bandeiras e estandartes ...*, 2.º vol., pp. 365-393.

⁷⁹ TOVAR, Conde de, *Esfragística Medieval Portuguesa*, 1937.

⁸⁰ AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *Esboço de um corpus sigilográfico-heráldico*.

⁸¹ ABRANTES, Marquês de, *Estudo (O) da sigilografia medieval portuguesa*.

5.3. A Numismática teve também uma forte renovação, com a obra de Ferraro Vaz, em que selos, moedas e sinais rodados são focados e comentados com erudição⁸².

6. É durante o presente século que se conseguiu criar uma associação ligada aos estudos da armaria e heráldica.

6.1. A primeira tentativa dessa realização teve lugar na assembleia geral de 9-III-1901, na Associação dos Arqueólogos Portugueses; e a segunda em 4-IV-1910, na mesma A.A.P. de que resultou a criação da Secção de Heráldica e Genealogia que, ainda hoje funciona.

6.1.1. Depois, em 1918 funda-se a Academia Heráldica Portuguesa, que chega a publicar um boletim⁸³, mas não sobreviveu.

6.1.2. Em 1924 é criado o Conselho Nobiliárquico Português que chega a publicar três volumes⁸⁴.

6.1.3. Nenhuma destas duas instituições sobreviveu (vd. 6.1.1. e 6.1.2.).

6.2. Só em 1929 é criado o Instituto Português de Heráldica, cujos estatutos são aprovados oficialmente em 1930. Esta instituição foi a única que sobreviveu, para além da A.A.P.⁸⁵.

6.2.1. A partir da publicação da revista do I.P.H. «Armas e Troféus», passou a haver em Portugal, uma publicação periódica dedicada à armaria, heráldica e genealogia.

6.3. Em 1986 é criada a Associação Portuguesa de Genealogia que tem como fim o estudo da Genealogia

6.3.1. Começa, rapidamente, a publicar a revista «Raízes e Memórias» dedicada à genealogia e estudos afins.

⁸² VAZ, Ferraro, *Numária medieval portuguesa* (1128-1383).

⁸³ Academia Heráldica Portuguesa, *Archivo Nobiliarchico Portuguez*, 1917-20.

⁸⁴ Conselho Nobiliárquico Português, *Archivo do Conselho Nobiliarchico Portuguez*, Lisboa, 1925-28.

⁸⁵ Instituto Português de Heráldica, *Armas e Troféus*.

7. Recomeçou-se a publicar tratados de armaria⁸⁶, pois o último publicado fora no século XVII, a obra de Vilas-Boas⁸⁷, se bem que reeditada diversas vezes, durante o século XVIII.

7.1. Editou-se o primeiro vocabulário da armaria e heráldica portuguesa⁸⁸.

7.2. E, pela primeira vez, publica-se um armorial, com a tradução para francês, da descrição de todos os brasões descritos⁸⁹.

7.2.1. Entrava-se assim no mundo da armaria, exterior à península Ibérica, pela língua internacional desta ciência: o francês.

7.3. Publica-se um armorial, com o desenho de todos os escudos descritos no texto⁹⁰.

7.4. Edita-se a primeira obra de recensão de todos os trabalhos portugueses de heráldica e genealogia⁹¹.

8. Com o desenvolvimento dos estudos, sobre armaria e heráldica, publicaram-se algumas obras manuscritas, do século XVI:

8.1. A célebre obra de João do Cró, o «*Livro do Armeiro-Mór*»⁹², a de António Rodrigues intitulada «*Tratado Geral da Nobreza*»⁹³, que é tido como o primeiro tratado de armaria portuguesa e o de António Godinho, o «*Livro de Nobreza e perfeçam das armas*»⁹⁴.

⁸⁶ RIBEIRO, J.A. Correia Leite, *Tratado de Armaria*... E, também Luís de Figueiredo da Guerra, *Manual do Brasão*.

⁸⁷ SAMPAIO, António de Vila-Boas e, *Nobiliarquia Portuguesa*...

⁸⁸ FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *Armorial Português*, 2.º vol., 3.ª Parte.

⁸⁹ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*.

⁹⁰ FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *op. cit.*, 2.º vol., 2.ª Parte.

⁹¹ SOARES, Eduardo de Campos de Cattsro de Azevedo, *Bibliographia Nobiliarchica Portuguesa*, 5 vols.

⁹² CRÓ, João do, *Livro do Armeiro-Mór*.

⁹³ RODRIGUES, António, *Tratado Geral da Nobreza*.

⁹⁴ GODINHO, António, *Livro de Nobreza e perfeçam das armas*.

9. Também durante este século, se começaram a imprimir obras com colecções de cartas de brasão de armas desconhecidas, pelos seus registadores terem sido destruídos, com o Terramoto de 1755,

9.1. A colectânea mais antiga deve-se a Sousa Machado⁹⁵, mas a partir desse trabalho, todas as décadas deste século têm contribuído, para se conhecerem o maior número possível das Cartas de Brasão desconhecidas.

9.2. Mas a actividade científica não ficou por só na heráldica. É também, neste século que se publicam completamente grandes nobiliários:

9.2.1. O de Felgueira Gaio⁹⁶ e o de Alão de Moraes⁹⁷, para além do de Manso de Lima que não chegou ao fim e foi edição policopiada⁹⁸.

9.2.2. E uma série de estudos genealógicos regionais, dos quais se destaca a obra do português Henrique Henriques de Noronha (séc. XVIII), sobre as famílias madeirenses⁹⁹.

9.3. Para além da edição crítica dos nobiliários medievais¹⁰⁰.

9.4. Não esquecendo as obras de grande interesse escritas e publicadas durante o presente século, tais como: o «*Livro de Oiro da Nobreza*»¹⁰¹, a «*A descendência portuguesa de el Rei D. João II*»¹⁰² e em publicação os «*Carvalhos de Basto ...*»¹⁰³.

⁹⁵ MACHADO, José de Sousa, *Brasões Inéditos*.

⁹⁶ GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*.

⁹⁷ MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*.

⁹⁸ LIMA, Jacinto Leitão Manso de, *Famílias de Portugal*.

⁹⁹ NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da ilha da Madeira*.

¹⁰⁰ PIEL, Joseph e José MATOSO, *Livros Velhos de Linhagens*. E, também MATOSO, José, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols.

¹⁰¹ AFONSO, Domingos Araújo e Rui Dique Travassos VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, 3 vols.

¹⁰² CANEDO, Fernando de Castro da Silva, *Descendência (A) Portuguesa de el Rei D. João II*, 3 vols.

¹⁰³ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *Carvalhos de Basto*.

10. Das chegadas mais importantes que neste século houve, para o estudo do brasão de armas de Portugal foi a comunicação do Baron Hervé Pinoteau¹⁰⁴, apresentada em 1986.

O problema da origem destas armas, não ficou completamente esclarecido, mas o elemento que trouxe e a maneira como colocou novamente toda a questão, abriu horizontes promissores da sua solução.

11. No século XX não surgem mais tenentes, nas C.B.A. Não se compreende a razão, tanto mais que as características da armaria e heráldica, da Corporação dos Reis de Armas se mantêm idêntica.

11.1. Quanto aos suportes, consideram-se estes os mais usados:

Os leões de ouro foram utilizados como suportes, nos seguintes brasões de armas, passados aos Visconde de Trevões, Visconde de Sousa Soares, Visconde de Sorraia, Visconde de Santa Margarida, Visconde do Marco, Visconde de Malanza, Conde de Agrolongo, Barão de Famalicão e a António Tavares de Carvalho Albuquerque (C.B.A., Lix. 10-VIII-1980).

Com grifos de ouro, como suportes, foram passados ao Conde de Sabrosa, Barão le Chin de Barlaimont e a Domingos Augusto de Oliveira e Silva (C.B.A., Lix. 28-III-1901).

Com açores de sua cor foi passado ao Barão de Sousa Deiró.

Com galgos de sua cor passaram ao francês Barão de Conde de la Férté.

Com cavalo marinho à dextra e grifo à sinistra foi passado ao Conde do Ameal.

11.1.1. Donde se conclui que houve uma nítida modificação: os leões, como suportes, suplantaram os grifos.

11.1.2. Mas a ideia de se continuar a usar suportes nos brasões de armas, manteve-se.

¹⁰⁴ HERVÉ PINOTEAU, Barón, *Novelles recherches sur les origines des armes de Portugal*.

12. Da utilização de divisas, nos brasões de armas o seu uso continuou:

Roberto Teodorico Talone da Costa e Silva, (C.B.A., Lix. 28-XII-1901) — «Prudenter ac Fortiter»; Barão de Coche de la Férté — «Pro Galia Canunt», Barão le Chin de Barlaimont — «In adversis, constans»; Conde de Paçô Vieira — «Rien sans peine»; Barão de Sousa Deiró — «Deo et Patria»; Visconde do Marco — «Pro Deo»; Conde, João Ferreira de Oliveira (Lic.) — «Fideliter. Servire»¹⁰⁵.

12.1. Quanto a gritos de guerra, tal como no século XIX, apenas se conhece um, passado em Alvará de Indigenação de Armas, de Lisboa, 16-VI-1904, ao Barão le Chin de Barlaimont: «Barlaimont».

13. Também neste século tem surgido figuras e peças novas, mas onde esse fenómeno mais se nota são nos armoriais corporativos e de domínio. Contudo, foi passada uma C.B.A., de Lisboa, 7-III-1910 a José da Silveira Viana, com



cabeças de javali (vd. fig. n.º 4); ao Visconde de Sorraia, com uma mesquita e um globo terrestre e ao Conde, João Ferreira de Oliveira com o nó de oito ou nó saboiano¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Conselho de Nobreza, *Boletim Oficial*, Lisboa, 1985: Alv. de Indigenação de Armas, de Lix., 8-IV-1983.

¹⁰⁶ Idem.

13.1. Houve portanto um enriquecimento de figuras e peças, no armorial português de família.

13.2. É evidente, que não havendo neste século tantas C.B.A. de mercê novas, uma vez que a Monarquia acabou em 1910, há de qualquer forma elementos que ainda hoje pesam na armaria e heráldica portuguesa, só com a produção da Corporação dos Reis de Armas, no princípio deste século.

14. Com alteração de metais e esmaltes, para pessoas, com apelidos iguais às famílias armigeradas, também houve a actuação idêntica à do século passado: Visconde do Marco — C.B.A., Lix. 22-VIII-1909: esquartelado de pseudo Nogueiras, Soares, Vieiras e Cardosos; Domingos Augusto de Oliveira e Silva — C.B.A., Lix. 28-III-1909: escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartéis as armas de pseudo Cunhas; Conde do Amaral — C.B.A., Lix. 15-XI-1901: escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartéis as armas de pseudo Correias; Visconde de Salreu — Alv., Lix. 18-I-1984, no 1.º e 4.º quartéis as armas de pseudo Silvas e nos 2.º e 3.º quartéis as armas de pseudo Fonecas, além da alteração do número de pontas das estrelas¹⁰⁷.

14.1. Com alteração do número de peças, para apelidos iguais, em famílias diferentes, no século corrente há, pelo menos a C.B.A., Lix. 30-X-1903 passada a Joaquim José de Figueiredo Leal: escudo esquartelado, 2.º e 3.º quartéis Leal, com um galgo apenas.

14.2. Também se notam exemplos de escudos de armas de famílias armigeradas, que são descritos, mas não denominados:

Visconde de Trevões — C.B.A., Lix. 22-VIII-1909: escudo partido, na 1.ª pala descrevem as armas de Mascarenhas, sem citar este apelido, que nem sequer é usado pelo titular, Joaquim José de Figueiredo Leal — C.B.A., Lix. 30-X-1903: escudo esquartelado, no 1.º e 4.º quartéis Figueiredo, sem o apelido.

¹⁰⁷ Idem.

15. Até na heráldica religiosa já houve trabalhos bem válidos.

15.1. Foi neste campo, entre os portugueses, um precursores Campos e Sousa. Tratou casos específicos¹⁰⁸ e deu os primeiros passos neste ramo da armaria tão descurados¹⁰⁹.

15.2. Mas para uma visão geral da heráldica eclesiástica o trabalho de Pedro Sameiro dá uma síntese sobre o assunto¹¹⁰.

16. Quanto à interpretação das armas nacionais, muito se deve aos últimos estudos que tem levado a cabo o Baron Hervé Pinoteau¹¹¹.

16.1. E também se não pode esquecer que é durante o presente século, que as armas nacionais têm uma tentativa de interpretação isotérica¹¹².

17. Nota-se uma perfeita diferença entre a produção dos primeiros dez anos deste século e as décadas seguintes: A tal ponto, que já em 1913 Afonso de Dornelas começava uma série de estudos que viriam a terminar treze anos mais tarde¹¹³.

17.1. Era verdadeiramente o sinal de que a armaria, heráldica e a genealogia não morreram, com o fim da Monarquia. Havia sim, a mudança de horizontes, mas trabalhando-se sempre nessas ciências e arte.

17.2. Foi o século XX que mais contributos científicos trouxe, para a Armaria, Genealogia e Heráldica.

¹⁰⁸ SOUSA, José de Campos e, *Cinco brasões de armas eclesiásticas*, pp. 5-8.

¹⁰⁹ Idem, *O brasão de armas do Ilustríssimo Senhor D. Frei Gonçalo de Moraes*, p. 601.

¹¹⁰ SAMEIRO, Pedro de Sá Alves, *L'Héraldique ecclésiastique au Portugal*.

¹¹¹ PINOTEAU, Baron Hervé, *Nouvelles recherches sur les origines des armes de Portugal*, 17.º Cong. Int. das Ciências Genealógica e Heráldica, Lisboa, 1986.

¹¹² SPÍNOLA, Ismael Joaquim, *Necessidades (Da) de restituir às armas de Portugal...*

¹¹³ DORNELAS, Afonso de, *História e Genealogia*.

18. E, principalmente ter-se realizado o 17.º Congresso Internacional das Ciências Genealógicas e Heráldica, em Lisboa, no ano de 1986.

IV — Dos contributos negativos:

1. Devido às infra-estruturas existentes e terem já, algumas delas, mais de três gerações, aponta-se:

1.1. A falta da elaboração dum programa cultural, a nível nacional, sobre a Armaria, Genealogia, Heráldica e ciências afins como a Vexilologia, Sigilografia e Esfragística...

1.1.1. Programa este que pudesse englobar não só os cultores e profissionais de heráldica, armaria e genealogia, mas também os que se dedicam à vexilologia, sigilografia e esfragística, empresas ...

1.2. A falta duma definição, e a sua consequente enunciação, de toda uma forma de actuação a nível nacional, sobre a preservação do património heráldico, genealógico, sigilográfico e esfragístico, vexilológico, de empresas ...

1.3. A inexistência duma política de fomento intelectual destas ciências, para entrarem como cadeiras de opção nas universidades e institutos universitários e institutos politécnicos.

2. A ausência dum índice, ou colectânea de toda a legislação e pareceres jurídicos sobre estas ciências e direito nobiliárquico e afins.

2.1. A falta de legislação específica sobre a utilização, pela indústria e comércio, dos escudos de família e de outros.

2.2. A existência de disposição legal específica nos C.T.T., não permitindo o uso de impressão de brasão de armas nos lacres da correspondência.

3. Os três corpos das Forças Armadas Portuguesas terem optado pelo escudo não ibérico.

4. As corporações terem optado, a partir de certa altura, pelo escudo elíptico.

5. Os veirados redondos usados sempre na heráldica portuguesa e uma das suas características bem originais, como são os exemplos seguintes: Conde de Penela, Vasconcelos, Ribeiros, Rodrigues (de Paio Rodrigues), Barbuda e Pacheco¹¹⁴ passarem a ser debuxados e iluminados em formas rectilíneas.

6. Erros gravíssimos, nas representações heráldicas.

6.1. É o caso das armas da família Reimão:

Colocam alguns heraldistas um peixe com um ramo na boca, como timbre.

6.1.1. Por estranho que pareça um reimão é um animal que não tem habitação certa; fera de Malaca; pantera negra; palavra derivada do malaio «rimau».

6.1.1.1. Como tão bem vem escrito no «*Glossário Luso-Asiático*»¹¹⁵.

6.1.1.2. Vd.: *Dicionário*, de Moraes¹¹⁶; *Dicionário*, de Cândido de Figueiredo¹¹⁷, para além dos clássicos citados, nestas obras.

6.1.2. De facto António Vilas-Boas em Reimão, apenas escreve: «tymbre hum Reymão de sua cor, com hum ramo de arvore na boca».

Mas em Reymondo já escreve: «tymbre e peixe Reymão de ouro, com hum ramo de pinheyro atravessado na boca»¹¹⁸.

¹¹⁴ CRÓ, João do, *Livro do Armeiro Mór*. Onde os citados veirados são redondos, fls. 212, 215, 222, 258, 234 e 229.

¹¹⁵ DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 252-3, col.^a 2.^a-1.^a.

¹¹⁶ SILVA, António de Moraes, *Novo Dicionário ...*, 2.^o vol., p. 2034, col. 2.^a.

¹¹⁷ FIGUEIREDO, Cândido de, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 2.^o vol., p. 875, col. 2.^a.

¹¹⁸ SAMPAIO, António de Vilas-Boas e, *Nobiliarchia Portugueza*.

Tanto quanto se poderá concluir é que são timbres similares, mas o autor não escreveu a igualdade.

6.1.3. E Braancamp Freire escreve: «T.: peixe reimão de prata com um ramo de árvore na boca»¹¹⁹. Mas comparado com a *Nobiliárquia*, apenas se constata que juntou duas metades de descrição, de dois timbres diferentes.

6.1.4. Para Santos Ferreira, tanto o desenho, como a descrição estão de acordo com os dicionários da língua portuguesa: «um tigre de prata, com um ramo de árvore do escudo na boca»¹²⁰.

6.1.5. Já Machado de Faria volta para o timbre: «um Reymão de prata com um ramo de árvore na boca»¹²¹. Segue, portanto, o Visconde de Sanches de Baena¹²²; simplesmente desenha um peixe em timbre.

6.1.6. Para aqueles que citam a fonte da *Benedictina Lusitana*, o problema é mais grave, porque o que aí se lê é: «timbre hum Reymão de sua côr com hum ramo de árvore na boca»¹²³.

6.1.7. Em que fonte impressa, a pantera da Malásia se teria transformado em peixe português? Teria sido em alguma obra manuscrita? Se o foi, o heraldista que cometeu o erro teve discípulos, ou então a língua portuguesa evoluiu muito.

6.2. A representação heráldica nas armas da família Abarca: Colocam os heraldistas umas pantufas, ou calçado similar¹²⁴.

6.2.1. Em português, abarcas, não são mais que um tipo de socos, ou seja, espécie de tamancos, mas diferentes.

¹¹⁹ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, p. 425.

¹²⁰ FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *Armorial Portugêz*, 1.º vol., p. 274, n.º 1220; 2.º vol., p. 93, n.º 1220.

¹²¹ Editorial Enciclopédia, *Armorial Lusitano*, p. 467.

¹²² SANCHES DE BAENA, Visconde de, *Archivo Heraldico-Genaeológico*, p. CL.

¹²³ TOMAS, Fr. Leão de Santo, *Benedictina Lusitana*, 2.º vol., p. 489.

¹²⁴ Editorial Enciclopédia, *op. cit.*, p. 23.

6.2.2. Vide: 6.1.1.1.

6.3. Nas armas da família Jácome o castelo passou a torre. E, contudo, no *Livro do Armeiro-Mór*¹²⁵ o que lá vem é de facto o castelo.

6.3.1. E, assim se lê na *Benedictina Lusitana*¹²⁶, tal como na *Nobiliárquia Portuguesa*¹²⁷.

6.3.2. Mas o castelo, com o século XX, passou a torre, como se lê em Braancamp Freire¹²⁸ e Santos Ferreira¹²⁹.

6.4. Será o *Livro do Armeiro Mór* válido, contra a opinião dum Braancamp Freire?

6.4.1. Quando Braancamp Freire cita as fontes, pergunta-se: teriam sido mesmo consultadas?

6.4.2. É o caso da figura Reymão, em que refere a *Benedicta Lusitana* ou, o exemplo de Cunha, onde escreveu: «...cunhas de azul com os gumes para cima»¹³⁰. E, cita o *Livro do Armeiro Mór* como fonte, mas neste, os gumes estão virados para baixo¹³¹.

6.4.3. Ou então em Mendonça que se lê: «...e no oiro, S de negro, o da dextra volvido»¹³². Como fonte cita o *Livro do Armeiro Mór* que, por sinal, traz ambos os S virados à sinistra, tal como se escreve¹³³.

7. Falta, também, um trabalho completo sobre as empresas. Não só o seu significado e a sua inventariação, como

¹²⁵ CRÓ, João do, *Livro do Armeiro Mór*, fls. 238.

¹²⁶ TOMÁS, Fr. Leão de Santo, *Benedictina Lusitana*, 2.º vol., p. 480.

¹²⁷ SAMPAIO, António de Vilas-Boas e, *Nobiliarchia Portuguesa*, cap. 36: Jácome.

¹²⁸ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portugusa*, p. 247.

¹²⁹ FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *Armorial Português*, 1.º vol., p. 172, n.º 789.

¹³⁰ FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, pp. 168 e 169.

¹³¹ CRÓ, João do, *op. cit.*, fls. 212.

¹³² FREIRE, Anselmo Braancamp, *op. cit.*, p. 319.

¹³³ CRÓ, João do, *op. cit.*, fls. 218.

também um estudo conceptual e sociológico sobre as empresas, em Portugal.

7.1. O que existe são trabalhos dispersos, com elementos, referentes apenas à Família Real ¹³⁴.

7.1.1. Sabe-se, por outro lado, que o erudito Henrique de Avelar tinha uma colecção de setenta empresas, da Nobreza, trabalho esse ainda manuscrito, mas pronto.

A bem da Armaria e Heráldica seria bom não se perder o espólio científico de tanto valor, na medida em que o seu autor já faleceu, infelizmente.

8. Em plena actividade, os oficiais da Corporação dos Reis de Armas passaram uma C.B.A., Lix. 7-III-1910, a José da Silveira Viana, em cuja descrição se lê: «... postas em contra-roquete ...».

8.1. Roquete significa a posição de três peças em triângulo, ou seja um e dois. Como estavam habituados a utilizar esta palavra no sentido errado, ou seja na posição triangular, com a base para cima 2 e 1, descreveram um escudo de uma forma errada e representaram heraldicamente de outra maneira, (vd.: fig., n.º 4).

9. Mas infelizmente não foi só na vigência da Corporação dos Reis de Armas que se tiveram lapsos.

9.1. No século XIX usou-se o escudo tipo francês, abandonando o característico da heráldica portuguesa. No século XX houve uma evolução: passou-se a utilizar o escudo tipo inglês.

9.2. Com a diferença que, actualmente, o tipo de escudo a usar vem expresso na legislação oficial. E, no século XIX seria apenas uma influência da moda e, como tal, passageira.

10. Também este século teve ainda influências da precedente centúria:

¹³⁴ NORTON, Manuel Artur, *Portuguese Badges*; AVELAR, Henrique Nuno e FERROS, Luís, *As empresas dos príncipes da Casa de Avis*.

10.1. Ao Visconde de Trevões foi-lhe passada uma C.B.A., Lix. 22-VIII-1909: escudo partido, na 2.^a pala, de azul, uma rocha de sua cor, brotando água; ao Visconde de Sorraia passaram-lhe uma C.B.A., Lix. 10-VII-1906: escudo esquartejado, 2.^o quartel, um rio azul e prata que banha uma planície de sua cor, sobre a qual corre um trecho de via férrea, e ao fundo, limitando o horizonte, quatro montes de sua cor, sob o céu azul; ao Visconde de Sousa Soares foi-lhe passada a C.B.A., Lix. 15-III-1907: escudo partido, na 2.^a pala de vermelho, uma torre de prata encimada por um sol de ouro e assento sobre uma campina verde, saindo-lhe da porta aberta uma corrente de água.

11. Igualmente neste século houve elmos forrados, também a carmezim, como foi o caso do Alv., Lix. 16-VI-1904 passado ao Barão le Chin de Barlaimont.

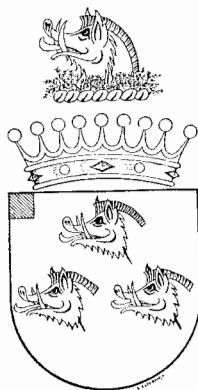
11.1. Mas em matéria de elmos, foi de facto neste século que se atingiu, na armaria portuguesa, o máximo:



11.1.1. Por despacho de Lix. 28-VI-1907 foi passado a D. Eduardo Teixeira de Matos, um brasão de armas que tem apenas três elmos: o da dextra com o timbre de Teixeira, o do centro com Melos e o da sinistra com Matos.

12. O século XIX trouxe grande inovações para a Armaria Portuguesa, mas a presente centúria não lhe fica atrás. Haja em vista o que se fez em matéria de diferenças:

12.1. A António Correia de Vasconcelos foi-lhe passada uma C.B.A., Lix. 30-IX-1908, com uma brica carregada« com um M de negro e uma águia assentada sobre um ninho de sua cor». O heraldista que fez esta iluminura deveria ser excepcional, para em superfície tão pequena, conseguir cumprir o descrito.



12.2. Por C.B.A. de mercê nova, de Lix., 7-III-1910, passada a José da Silveira Viana foi contemplado este Par do Reino, com uma diferença: brica de verde. E era mercê de armas novas.

13. Quando se olham estes conjuntos, com as suas originalidades, talvez o fim da Corporação dos Reis de Armas tivesse sido um verdadeiro benefício, para a Armaria e Heráldica portuguesa. Mas também tem de se ser justo, não foram só os oficiais daquela corporação que cometeram dislates. Pode-se perguntar se teriam feito escola porque hoje ainda há ... os seus seguidores.

Manuel Artur Norton

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Marquês de, *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- Academia Heráldica Portuguesa, *Archivo Nobiliario Portuguez*, Lisboa, 2 vols., 1917-1920.
- AFONSO, Domingos de Araújo e Rui Dique Travassos VALDEZ, *Livro de Oiro da Nobreza*, 3 vols., Braga, Tip. Pax, 1932-34.
- AFONSO, Domingos Araújo, *Árvores de Costados dos Grandes de Portugal*, «Armas e Troféus», 2.ª Série, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1964, 5 (8).
- ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de, *Descrição geral e história das moedas*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1874-1880.
- ATIENZA, Julio de, *Nobiliario Español ...*, Madrid, Aguilar, 1959.
- AVELAR, Henrique de, *Ex-Libris Heráldicos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, 1976-1980.
- AVELAR, Henrique de e Luís Ferros, *As empresas dos príncipes da Casa de Avis*, Lisboa; *Os descobrimentos portugueses e a Europa renascentista*, XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, 1983, pp. 227-245.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *As armas dos Sousas, ditos do Prado*. «Comunicaciones al XV Congreso Internacional de las Ciencias Genealógica y Heraldica». Madrid. Instituto Salazar y Castro. 1983. 3 vols., pp. 521-531.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, *Esboço de um corpus sigilográfico-heráldico*. «Armas e Troféus», Lisboa, 2.ª Série, 1963, IV (1) s.s.
- BARBOSA, I. de Vilhena, *As cidades e villas da Monarchia Portuguesa que teem brasão de armas*, 3.ª vol., Lisboa, Tipografia do Panorama, 1860-1862.
- BARBOSA, I. de Vilhena, *Colecção de Brasão de Armas das cidades e villas da monarchia portuguesa*, Lisboa, Tipografia do Panorama, 1860.
- BESERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima*, 2 vols., Coimbra, Real Oficina da Universidade, 1785-1791.
- BIBLIOTECA POPULAR DE LISBOA, *O domingo illustrado (Archivo de Historia Patria)*, Lisboa, Typographia da Bib. Pop. de Lix. 1897 ss.

- CANEDO, Fernando de Castro da Silva, *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 3 vols., Lisboa, Edições Gama, Lda., 1945-6.
- Conselho Nobiliárquico Português, *Arquivo do Conselho Nobiliárquico Português*, 3 vols., Lisboa, 1925-29.
- CRÓ, João do, *Livro do Armeiro-Mór*, Lisboa, Academia da História, 1946. (Introdução de António Machado de Faria).
- DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.
- DORNELAS, Afonso de, *Elucidário Nobiliarchico. Revista de História e de Arte*, 2 vols., Lisboa, Afonso de Dornelas, 1928-1929.
- DORNELAS, Afonso de, *História e Genealogia*, 14 vols., Lisboa, Livraria Ferim, 1913-1926.
- Editorial Enciclopédia, *Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica*, Lisboa, 1961.
- Editorial Enciclopédia, *Nobreza de Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1961.
- FARIA, Manuel Severim de, *Notícias de Portugal*, 3.^a edição. Lisboa, Oficina de António Gomes, 1791.
- FERREIRA, Guilherme Luís dos Santos, *Armorial Português*, 2 vols., Lisboa, Livraria Universal, 1920-1923.
- FIGANIÈRE, Visconde de (Frederico Francisco de la Figariène e Mourão), *Memórias das Rainhas de Portugal*, Lisboa, Tip. Universal, 1859.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 14.^a ed., 2 vols., Amadora, Livraria Bertrand, 1976.
- FNAT. (Vide: Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho).
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Armaria Portuguesa*, (Lisboa), (1908-21).
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.^a ed., 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930.
- FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires Carvalho, Cavaleiro de Basto*, Porto, Tip. Barbosa & Xavier, Lda., 1979 ss.

- Gabinete de Heráldica da FNAT, *Regulamento da Simbologia Corporativa*, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, 1944.
- GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 33 vols., Braga, Oficinas Gráficas Pax, 1938-42.
- GUERRA, Luís de Figueiredo da, *Manual do Brazão*, Viana do Castelo, Typ. de André J. Pereira & Filho, 1902.
- GODINHO, António, *Livro de Nobreza e perfeição das armas*, Edições INAPA, Porto, 1987. (Introdução e notas de Martim Albuquerque e João Paulo Abreu Lima).
- Imprensa Nacional - Casa da Moeda, *Diário do Governo*, Lisboa.
- Instituto Português de Heráldica, *Armas e Troféus*, 2.^a Série, 1959 ss.
- LANGHANS, Franz Paul de Almeida, *Armorial do Ultramar Português*, 2 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966.
- Idem, *Manual de Heráldica Corporativa*, Lisboa, F.N.A.T., 1956.
- LIMA, Jacinto Leitão Manso de, *Famílias de Portugal*, 16 vols., Lisboa, 1925 ss.
- LIMA, Luís Caetano de, *Geografia histórica ...*, 2 vols., Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734-36.
- MACHADO, José de Sousa, *Brasões Inéditos*, Braga, Empresa «A Folha do Minho», 1906.
- MATOS, Armando de, *Desperdícios*, (Nótulas de arqueologia histórica). Gaia, Edições Pátria, 1932.
- MATOS, Armando de, *Manual de Heráldica Portuguesa*, Porto, Fernando Machado & C.^a, Lda., 1941.
- MATOSO, José, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-48.
- MOREIRA, Alberto de Laura em colaboração com Artur Vaz Osório da NÓBREGA, *Pedras de Armas de Matosinhos*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, 1960.

- NORONHA, Henrique Henriques de, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, Revista Genealogica Brasileira, São Paulo, 1947-48.
- NORTON, Manuel Artur, *Portuguese Badges*, «Family History, Institute of Heraldic and Genealogical Studies, Canterbury, 1974, 8 (48), pp. 159-169.
- PIEL, Josephe e José MATOSO, *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980.
- PINOTEAU, Baron Hervé, *Nouvelles recherches sur les origines des armes de Portugal*, «17.º Congresso Internacional das Ciências Geneológica e Heráldica», Lisboa, 1986.
- PINTO, Augusto Cardoso, *As Bandeiras das Três Ordens Militares*, «Elucidário Nobiliarchico», Lisboa, Afonso de Dornelas, 2 vols., 1929, pp. 127-137.
- Idem, *Subsídios para o estudo das signas portuguesas. O Guião da Divisa de D. Afonso V.* «1.º Congresso de Genealogia y Heráldica», Barcelona, Companhia Ibero-Americana de Publicaciones, 2 vols., 1929-1930.
- RATO, Fausto Moreira, *Manual de Ex-Librista*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976.
- RIBEIRO, J. A. Correia Leite, *Tratado de Armaria*. (Technica e Regras do Brasão d'Armas), Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1907.
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e Críticas*, 5 vols., Lisboa, Academia Real das Ciências, 1810-36.
- RODRIGUES, António, *Tratado Geral da Nobreza*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1931.
- SALES, Ernesto Augusto Pereira de, *Apontamentos àcerca das bandeiras e estandartes regimentais do exército e da armada, e ainda de outras bandeiras militares*, «Elucidario Nobiliarchico», Lisboa, Afonso de Dornelas, 2.º vol., 1929, pp. 365-393.
- SAMEIRO, Pedro de Sá Alves, *L'Héraldique ecclésiastique au Portugal*, Helsinki. *Genealogia Heraldica*. The Finnish National Committee for Genealogy and Heraldry, 1984, pp. 466-478.
- SAMPAIO, António de Vilas-Boas e, *Nobiliarquia Portuguesa. Tratado da Nobreza Hereditária, & Política*, Lisboa, Francisco Vilela, 1676.

- SANCHES DE BAENA, Visconde de, *Archivo Heraldico - Genealogico*, Lisboa, Typ. Universal, 1872.
- SÃO PAIO, Marquês de, *Do Direito Heráldico Português. Ensaio Histórico-Jurídico*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1927.
- SILVA, António de Moraes, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 11.^a ed., 2 vols., Lisboa, Editorial Confluência, Lda, s.d.
- SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo, *Bibliografia Nobiliarchica Portuguesa*, 5 vols., Braga-Porto, Tip. de Augusto Costa & Matos, 1916-47.
- SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 13 vols., 2.^a ed. Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, Lda., 1946-55.
- SOUSA, José de Campos e, *O Brasão de Armas do Ilustríssimo Senhor Dom Frei Gonçalo de Moraes, pela Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo da Cidade e do Bispado do Porto, do Conselho de Sua Magestade*, &, «Boletim Cultural», Porto, Câmara Municipal do Porto, 30 (3-4), 1967, pp. 601-620.
- Idem, *Cinco Brasões de Armas Eclesiásticas*, Separata, «1.^{as} Jornadas Arqueológicas», Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970.
- Idem, *Memórias sobre Loíça Brasonada*, I, «Armas e Troféus», 3.^a Série, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, Maio-Dez., 1978, IV, (2-3) p. 267.
- Idem, *Normas de Heráldica do Exército. Regulamento da Simbologia do Exército*, Lisboa, Gabinete de Heráldica, 1972.
- SPÍNOLA, Ismael Joaquim, *Da necessidade de Restituir às Armas de Portugal os seus Verdadeiros Guimaraes*, Sociedade Martins Sarmento, 70 (3-4), Jul-Dez., 1960, pp. 468-484.
- TOMÁS, Fr. Leão de Santo, *Benedictina Lusitana*, 2 vols., Coimbra, Diogo Gomes de Loureiro - Manuel de Carvalho Impressor da Universidade, 1644-1651.
- TOVAR, Conde de, *Esfragística Medieval Portuguesa*, «Arquivo Histórico de Portugal», Lisboa, António Machado de Faria, 2.^o vol., 1937.
- VALDEZ, Rui Dique Travassos, *Cartas de Brasão Modernas (1872-1910)*, *Complemento de Archivo Heraldico - Genealógico do Visconde de Saches de Baena*, Livraria Fernando Machado, Porto, 1935.

VALDEZ, Rui Dique Travassos, *Subsídios para a Heraldica Tumular Moderna Olissiponense*, 2 vols, Lisboa, Junta da Província da Estremadura, 1948-49.

VALLEMONT, Abade de, *Elementos de História ...*, 8 vols., Trad. Pedro de Sousa Castelo Branco, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1734-51.

VAZ, J. Ferraro, *Numária medieval portuguesa (1128-1383)*, 2 vols., Lisboa, 1960.